

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • Nº 88 • 1 a 7 de novembro de 1979 • Cr\$ 20,00

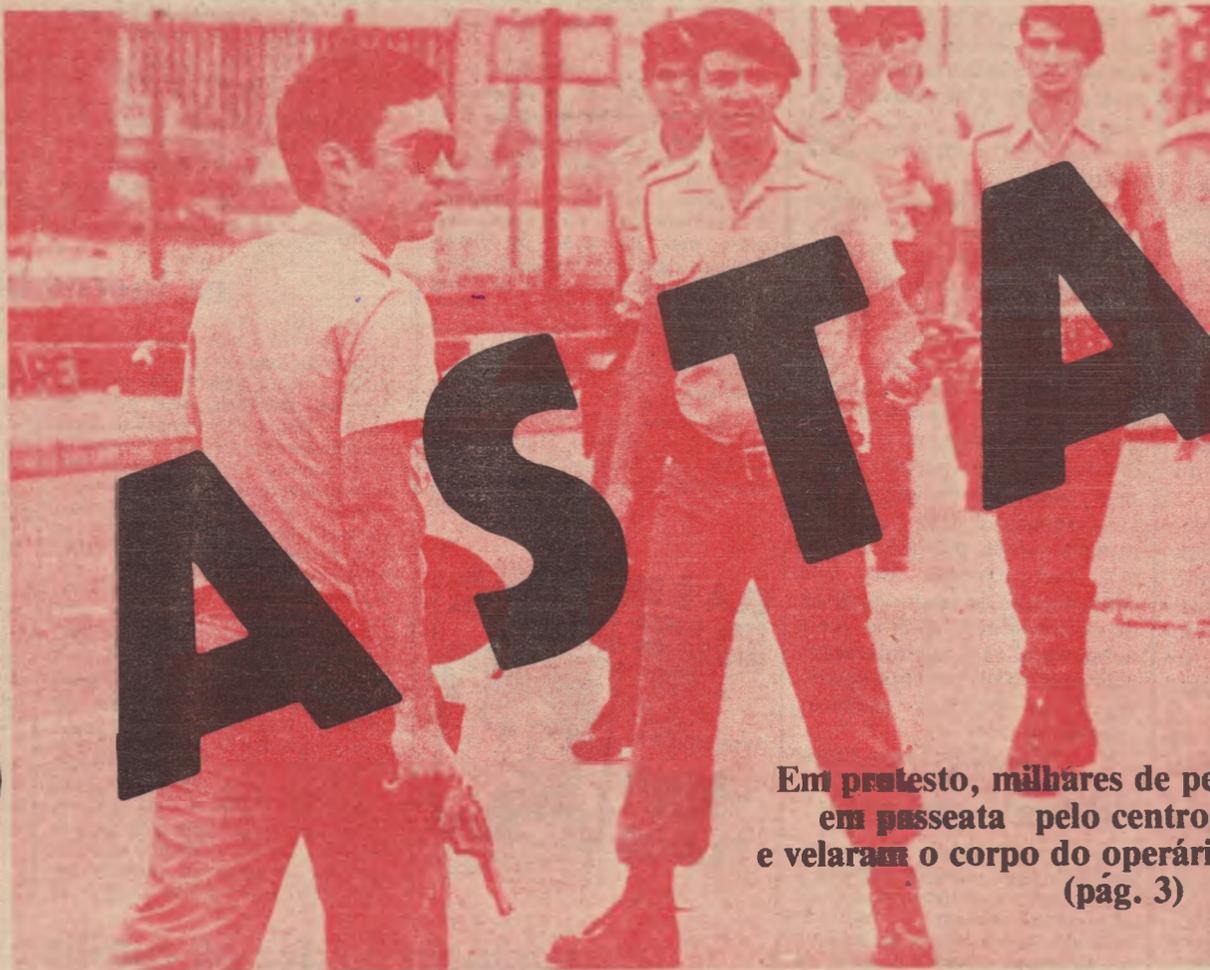
A nova política salarial do governo e a greve dos metalúrgicos de São Paulo

Ditadura assassina mais um operário

A paralisação atingiu mais da metade da categoria de São Paulo e Guarulhos. A polícia, violentamente, atacou os grevistas: centenas de prisões, espancamentos, tiros e feridos. Mais um operário morto: Santo Dias da Silva, vice-presidente de chapa 3, que, no ano passado, concorreu às eleições para o sindicato em nome da Oposição Sindical. (Pág. 3, 4, e 5)



F 4 — Juca Martins!



BASTA!

Em protesto, milhares de pessoas desfilaram em passeata pelo centro de São Paulo e velaram o corpo do operário na Praça da Sé. (pág. 3)

A polícia atira nos grevistas

PC do B: o impasse dos anos 70

Pág. 11 e 12

Soldados Sandinistas falam da sua Revolução

Pág. 13 e 14

Médicos paulistas pesquisam tortura

Pág. 16

**Policiais processam
EM TEMPO**

Pág. 16

mulheres, quem somos?

A II Semana da Mulher em Campinas, na semana passada, reuniu funcionárias, estudantes e professoras da Unicamp, trabalhadores, donas de casa e médicas da cidade. Os debates com outros grupos de mulher, com jornalistas e sociólogas, fizeram viver a pergunta: "mulher, quem somos?", e mostraram que, como nas palavras de uma delas, a história das mulheres está por ser escrita.

O importante é que em Campinas as mulheres discutiram sua sexualidade ignorada e reprimida, as repressões, e os preconceitos sociais, particularmente vivos nas academias. Ainda a homossexualidade, a dupla jornada de trabalho e a necessidade de uma organização autônoma mas não institucional dos grupos e mulheres.

O próprio espaço das mulheres na Universidade também foi analisado. A representante da chapa de oposição da ASSUC (Associação dos Servidores da Universidade) examinou a experiência da greve deste ano, a dificuldade para as mulheres conquistarem a palavra, as reações de nervosismo logo classificadas de histeria, os problemas para conciliar participação e vida familiar: "Vamos passar as reuniões para o sábado de manhã porque senão vai terminar a greve e o casamento também."

Um outro tema veio completar a discussão: a especificidade do discurso feminino como expressão da inadequação das mulheres ao exercício do poder, consequência de uma longa história de marginalização.

As mulheres militantes no movimento estudantil tam-

as mulheres e "doca" street

A carta que transcrevemos a seguir é assinada pelos grupos: Centro da Mulher Brasileira, Associação de Mulheres, Grupo "Nós Mulheres", Pró-Mulher, Brasil-Mulher e Centro para o desenvolvimento da Mulher, todos de São Paulo. Nesta carta esses grupos traduzem seu posicionamento acerca do julgamento de "Doca" Street.

"As mulheres de São Paulo, representadas por várias organizações femininas e feministas, lançam o seu protesto contra a farsa jurídica em que se transformou o julgamento de Raul Fernando do Amaral ("Doca") Street, no qual, sob o pretexto de defender a moral, foi empregado todo o repertório do vocabulário machista para vilipendiar uma mulher que não poderia obviamente se defender, por estar morta.

Consideramos esse caso apenas como um sintoma de um mal muito mais geral, que é a posição de inferioridade em que a mulher é mantida na sociedade patriarcal na qual vivemos, que usa para julgar homens e mulheres, critérios muito diferentes, que caracterizam a dupla moral e a hipocrisia da ideologia que a sustenta.

Acreditamos que não são os representantes dessa sociedade apodrecida, uma minoria que, graças à



bém analisaram sua experiência: o processo de endurecimento e de agressividade que desenvolvem para sobreviver, para falar numa assembléia, para se fazer respeitar. Por que no movimento estudantil, os homens defendem suas posições e as mulheres votam com "seus" homens. Por que, conforme depoimento de uma estudante, se disse em um tempo não muito remoto, que uma companheira estava "sob hegemonia pical" (sic) para explicar seu comportamento político.

As questões que apareceram no anfiteatro da UNICAMP nada tinham de acadêmicas. Como na fábula de Kafka que Suzy contou, traziam a marca de algo não domesticado, de selvagem, de desviado, que está por detrás do discurso e da luta das mulheres em busca do seu espaço. E consideraram que a questão feminina como disse Christine Bruce Gruksmann, é uma "questão integralmente política, e não um complemento de boa consciência, de linguagem ou de mentalidade, que se pode acrescentar às reivindicações clássicas do movimento operário e às práticas políticas existentes.

(Elsabeth Souza Lobo)

exploração da grande maioria do povo brasileiro, pode se permitir a "dolce vita" e o cultivo de seus vícios não muito privados - os mais indicados para pregar moral ou para justificar seus crimes em nome da moral.

A sentença, que equivale praticamente a uma absolvição, é um verdadeiro escárnio num país em que cotidianamente se prende, se tortura e se mata gente que não teve a mesma sorte de nascer em famílias de nome tradicional, de privar com a nata dos empresários ou de receber a proteção da máfia internacional de tóxicos.

O comportamento, o passado ou a personalidade de Ângela Diniz não autorizam que, em nome de um pseudo-amor, se assassine frie e impunemente um ser humano, pois as mulheres não são propriedade dos homens.

Aproveitamos a ocasião para também protestar contra os crimes impunes que vitimaram Cláudia Lessin e as meninas Ana Lúcia e Araceli, todas mortas de maneira bárbara. Seus assassinos continuam soltos porque pertencem às classes abastadas.

Casos como esses enxovalham a justiça brasileira tanto quanto figuras como Hélio Bicudo e os juízes João Gomes Martins e Melic Urdan a honram."

amazônia

Pegou mesmo a luta em defesa da Amazônia: em todos os pontos do país têm surgido Núcleos e Comitês que pretendem entrar de sola nas moambas do Projeto do Grupo de Trabalho Interministerial, além de mobilizar a população contra os escândalos do Projeto Jari.

Reunidos em BH, no final da semana passada, os membros da Regional Sudeste dos Movimentos de Defesa da Amazônia (MG, RJ e ES) discutiram essas questões - inclusive chamando a atenção para o fato de que também os capitalistas brasileiros estão metidos na devastação da floresta - e tiraram propostas de formas de mobilização popular, a serem avaliadas pela Executiva Nacional dos Movimentos, que se reunirá em Salvador, Bahia, nos dias 2 e 3 de novembro próximo.

(Sucursal de Belo Horizonte)

anistia

Realizou-se em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, de 18 a 21 de outubro, o 1º Congresso Regional de Advogados, que contou com a participação de cerca de 500 advogados.

No Congresso o Movimento de Anistia e Direitos Humanos apresentou uma tese que foi aprovada, onde os advogados decidiram, entre outros pontos, prosseguir a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, enviar uma mensagem ao governo exigindo interferência junto ao governo uruguaio pela libertação de Flávia Shilling, exigir esclarecimentos sobre a situação dos desaparecidos, cuja lista se encontra no Ministério da Justiça, e exigir a entrega dos corpos ou a indicação de onde se encontram sepultados os guerrilheiros mortos no Araguaia.

Além disso, foi formado o Departamento de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Mato Grosso do Sul.

(Ricardo Brandão)



renúncia do dce na católica de minas

Para todos os males do movimento estudantil, é comum ouvirmos o clássico "está em crise" desculpando todos os erros e cegueiras das direções. Mas, na Universidade Católica de Minas Gerais, falar em crise tornou-se eufemismo, cristalizada na renúncia da diretoria do DCE, gestão Unidade, que, de início, era bastante influenciada pela tendência Reforma.

A renúncia pode ser explicada pelos constantes rachas internos que atingiu seu ápice após o congresso da UNE, onde as composições das chapas se basearam em frentes, surgindo, entre outras, Mutirão de um lado e Unidade de outro. Isto repercutiu na diretoria, dividindo então seus membros entre o apoio a uma ou outra chapa. E numa gestão desastrosa, que permitiu o crescimento da direita em algumas entidades (como o reconhecimento do voto, no Conselho de DAs, da Pedagogia - um diretório recém-criado sob a inspiração da reitoria e que passou em sala se di-

theodomiro asilado em Brasília

Quase dois meses e meio depois de ter fugido da penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, o ex-presos político Theodomiro Romeiro dos Santos reapareceu na última terça-feira em Brasília, onde pediu asilo na Nunciatura Apostólica - representante a nível diplomático do Estado do Vaticano no Brasil.

Theodomiro foi o primeiro preso político a ser condenado à morte no Brasil, pena que foi posteriormente comutada. Sua fuga, alguns dias antes da votação no Congresso do projeto de anistia restrita, causou ampla repercussão e também preocupação em vários setores oposicionistas, devido ao desencontro de informações e a enorme quantidade de boatos acerca de seu paradeiro. Acreditava-se inclusive que Theodomiro estaria na Europa, mesmo porque sua mulher, Maria Conceição Gontijo de Lacerda, viajou para a França a cerca de duas semanas "para encontrá-lo", segundo declarava.

Sua aparição foi preparada. Na terça-feira, era publicada uma entrevista concedida ao "Estado" - que revelava o fato de Theodomiro permanecer no Brasil e que acabou cortando completamente as declarações políticas do ex-presos. No início da tarde do mesmo dia, enquanto os deputados Airtton Soares e Francisco Pinto eram avisados através de telefonemas anônimos, Theodomiro entrava tranquilamente na Nunciatura Apostólica.

Foi lá que concedeu uma rápida entrevista, onde assumiu sua condição de militante do Partido Comunista



Brasileiro Revolucionário - PCBR e condenou os projetos da ditadura de anistia restrita e de reorganização partidária, defendendo a anistia ampla, geral e irrestrita e ampla liberdade de organização partidária. Defendeu ainda a necessidade de ser construído um Partido dos Trabalhadores que se ponha em luta contra a ditadura.

Theodomiro já manifestou sua preferência por exilar-se na França, mas terá que permanecer na Nunciatura aguardando as gestões dela para que algum país o aceite como exilado e também as gestões com a própria ditadura, para que Theodomiro consiga um salvo conduto que lhe garanta a saída do país em segurança. Situação que chega a ser irônica, pois foi essa mesma ditadura que o condenou a morte.

(Sérgio Alibi)

os lucros bancários

Já em 1974 a massa de lucros dos 50 maiores bancos superava aquela obtida, seja pelas 50 maiores empresas nacionais, seja pelas 50 maiores empresas estrangeiras. Essa situação persiste até hoje. Porém não é, certamente, à custa dessas 100 maiores empresas que se faz o lucro bancário - ainda que em parte se faça por meio de uma simbiose entre os dois. Primeiro porque grande parte delas tem poder de autofinanciamento, não precisando portanto recorrer aos créditos bancários. Muito pelo contrário. Empresas como a Volkswagen, Mercedes-Benz, etc, chegam a obter da aplicação financeira de seus superávits, lucros equivalentes aos obtidos no negócio produtivo!

Se comparássemos, de acordo com os dados da revista "Exame" do mês passado, o lucro dos 50 maiores bancos com o lucro das 500 maiores empresas privadas mais as 50 maiores empresas estatais teríamos respectivamente os seguintes números em 1978: Cr\$ 25.580 milhões contra Cr\$

127.348 milhões! O que significa que de um lucro total de Cr\$ 152.928 milhões, os bancos "abocanham" 16,7%!

Ao longo dos anos 74/78 a taxa de endividamento (dívida sobre patrimônio líquido) das 500 maiores vem crescendo continuamente (55,8% em 1974 para 58,7% em 1977), crescimento truncado apenas no ano de 1978 devido à mudança na lei das S.A. Por outro lado, confirmando a tendência geral do aumento do endividamento, cresceu também ao longo desses anos o número de empresas operando com capital de giro negativo, isto é, empresas que não tendo dinheiro para fazer face às despesas correntes recorrem ao crédito bancário. O número de empresas nessa situação aumentou de 145 em 1974 para 167 em 1978. E isso ocorre no rol das 500 maiores, que dirá no conjunto das empresas médias e pequenas.

(Francisco Paulo Cipolla)

zendo contra a UNE - e o não reconhecimento do voto do C.E. do Básico, uma entidade livre, criada pelos estudantes em 1976 e com grande tradição de lutas), o DCE viu culminar sua crise com um frustrado "show universitário", que reuniu nomes consagrados pela fama e pelos altos cachês nos meios artísticos.

Já bastante desgastada, dividida internamente e com uma enorme dívida causada pelo show, a diretoria do DCE só viu uma saída: renunciar. Convocou o Conselho de DAs, e numa reunião agitada, onde estiveram presentes a UNE e a UEE-MG, apresentou formalmente sua renúncia e passou a direção da entidade para o Conselho, se negando a dar qualquer explicação sobre sua atitude.

No mesmo instante, instalou-se uma polêmica no Conselho - por sua vez, bastante dividido e incapaz de unificar qualquer tipo de luta ou proposta - com a célebre questão: e agora, o que fazer? Duas propos-

tas surgiram: a primeira, apresentada pela ex-diretoria do DCE, o DA engenharia, letras e outros de se fazer uma diretoria provisória, indicada pelo Conselho de DAs, que convocasse eleições para maio; a segunda de eleições diretas, apresentada pelos DAs Comunicação, FACE, Psicologia e outros, partia da necessidade de se levar esta discussão para os estudantes da Universidade, alheios ao que se passava, com a realização de um plebiscito que decidisse pela diretoria provisória ou novas eleições em novembro próximo, com mandato de um ano.

O plebiscito foi realizado, e agora, logo após os feriados de Finados, os estudantes da Católica, apesar de todo o cansaço e desgaste causados por tal processo de discussões, darão uma prova de combatividade, se dispondo a ir às urnas e ressuscitar uma entidade esfacelada pelo mau-uso. (Sucursal de Belo Horizonte)

Ditadura mata dirigente da Oposição Sindical

METALÚRGICOS — S.P./79

Santo Dias da Silva era um operário tranquilo. Um dos líderes da Oposição Sindical, um dos líderes das comunidades de base da Igreja. Morreu assassinado, «defendendo a classe operária com o próprio corpo», como disse D. Paulo

Carlos Tibúrcio *

Um tal de capitão Cléber da PM: Estamos numa democracia e pode haver greve, desde que não haja agressões.

— **Santo Dias da Silva:** "Os operários estão fazendo democracia e todos devem se unir para a greve ser vitoriosa".

Falta uma hora para a greve começar. São 21 hs de domingo, na porta de Pirelli, no bairro de Socorro, em Santo Amaro, zona Sul de São Paulo. Na frente do piquete, Santo Dias consegue que os metalúrgicos que estão chegando não entrem na fábrica. O primeiro confronto com a Polícia Militar fora vencido.

Precisamente 42 hs depois, num segundo confronto com a repressão, às 14hs de terça-feira, na porta de outra fábrica da zona Sul, a Sylvania, Santos Dias cairia morto, vítima de um tiro à queima-roupa, ao tentar impedir que policiais militares do Tático Móvel n.º 205 continuassem agredindo um outro metalúrgico.

Santo tinha 37 anos e ia fazer 38 agora no dia 15 de novembro. Entrou para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo no dia 31 de janeiro de 1969, como consta em sua ficha de inscrição. No ano passado, foi candidato à vice-presidência da entidade pela Chapa-3, de oposição sindical. Além disso, era um líder também em sua região: coordenador das comunidades de base da Arquidiocese de São Paulo e representante operário na CNBB.

Quando entrou no Sindicato, Santo era motorista de empilhadeira; ao ser assassinado, era inspetor de qualidade na fábrica Filtros Mann, empresa da região de Santo Amaro. Muito conhecido na categoria, ele já trabalhara também na Metal Leve e na Alfa

— foi quando estava empregado nesta última empresa que Santo se candidatou à vice-presidência do Sindicato.

"A gente estava com uns 30 companheiros no piquete da Sylvania" - quem conta a história da morte de Santo é o próprio operário que estava sendo agredido pelos policiais e que foi socorrido pelo metalúrgico assassinado. "Havia um Tático Móvel nas imediações. Fizemos então um cordão para falar com os operários que se aproximavam da entrada da fábrica. Foi quando os policiais daquele Tático-Móvel e de outros três que chegaram vieram em cima da gente, fazendo provocação. Eles seguraram um companheiro, certamente com a intenção de identificar as lideranças, na medida em que estas reagissem. Depois, partiram pra me pegar. Seguraram meus braços e tentaram me pôr numa roda. Os trabalhadores, inclusive vários da Sylvania, tentaram me defender libertando-me dos policiais. Corri, mas um policial conseguiu me derrubar, passando uma rasteira (a marca da porrada do coturno está no joelho do operário, que mostra também os braços feridos).

Foi aí que Santo, um companheiro que mantinha sempre a calma, partiu em minha defesa. Um sargento gritou, sacando a arma: "Vem cá que eu mostro procês". E deu um tiro prá cima e outros pro chão. E, depois, à queima-roupa, atirou no lado esquerdo do corpo de Santo, bem embaixo do braço. Ele deu uns passos, com a mão no ferimento, pingando sangue, caiu, dando a impressão de que tinha morrido na hora".



Uma das enfermeiras do Pronto Socorro de Santo Amaro, para onde o corpo foi levado pelo Tático Móvel nº 220, disse que Santo já chegou morto na enfermaria.

"Não é porque mataram um operário que a luta vai parar". Chocada, com lágrimas nos olhos, Ana Maria da Silva, mulher de Santo, fala com fibra e sentimento, fazendo jus à memória do marido: "A polícia vai ter de prestar contas do que fez. Quero saber porque mataram meu marido. Ele não tinha armas, era uma pessoa indefesa. E agora deixaram dois filhos sem pai. Os salários que os patrões pagam deixam as crianças morrer de fome. Todo operário tem o direito de sobreviver" (Santo deixa dois filhos, um menino de 13 e uma menina de 12 anos).

Pouco antes, quando chegara ao Pronto Socorro para ver o corpo de Santo, Ana Maria sofrera agressões de um tal "comandante do 3.º Batalhão da PM" (zona Sul), que procurou esconder seu nome. Este policial, aos berros, chamou Ana Maria de "agitadora e subversiva como o seu marido". E ouviu uma só resposta, em tom seco: "Assassino".

Sem dúvida a impressão que fica da mulher de Santo é que ela é uma companheira digna de sua combatividade. E a combatividade de Santo não era pequena. O desenrolar da greve na região Sul em grande parte dependera dele, até a hora de sua morte.

Dos participantes no Comando da Zona Sul, ele fora um dos poucos que não caíra preso, quando a polícia tomou a subsele da entidade, ainda no final da noite de domingo, levando 113 metalúrgicos. Foi aí, quando a região ficou com sua liderança desarticulada, que Santo, com mais uns 15 companheiros, organizou piquetes que vararam a madrugada, convencendo os metalúrgicos a pararem suas fábricas.

Por ironia, na noite de segunda-feira, numa reunião de avaliação do Comando Geral, feita na sede do sindicato, Santo referiu-se precisamente a um evento ocorrido na Sylvania, naquele dia: "A polícia — contou ele — tentou prender um companheiro. Os outros metalúrgicos então avançaram e arrancaram ele das mãos dos policiais. E todos fugiram."

Menos de 24 hs depois, na mesma entrada da Sylvania e numa tentativa semelhante de tentar evitar as agressões da polícia contra seus companheiros, Santo perderia a vida.

Dom Paulo Evaristo Arns, momentos depois, emocionado, diria as seguintes palavras sobre o assassinio do metalúrgico: "Foi defendendo a classe operária com seu próprio corpo que Santo morreu, vítima de uma bala traiçoeira. Foi um militante católico sacrificado. Que o exemplo dele não se perca para a história do Brasil novo."

* Também participou Fernando da Silva

50 mil na missa de corpo presente

O corpo de Santo foi carregado em passeata pelo centro de São Paulo, depois de ter sido velado, toda a noite de terça para quarta, na Igreja da Consolação. Cerca de mil pessoas deixaram a Consolação em direção à Catedral da Sé, em silêncio. Mas a marcha foi engrossando. Algumas casas comerciais, inclusive, fecharam suas portas, manifestando luto pela morte do operário. A massa começou a gritar. "Chega de manter assassinos no poder", "Polícia dos patrões assassina operário", "Val acabar (pá, pá, pá — palmas ritmadas) a ditadura militar". Palavras de ordem entremeadas pelo canto de "Prá não dizer que não falei de flores" e "Caminhando" —, de Geraldo Vandré.

A chegada na Praça da Sé foi surpreendente. Quem correu e subiu as escadarias da Catedral, cujo interior já estava lotado, viu uma multidão de mais de 30 mil pessoas ocupando toda a praça. Poucos momentos depois de iniciada a missa de corpo presente, já se calculava, ao todo — dentro e fora da Igreja —, mais de 50 mil pessoas.

Diversos ônibus, repletos de operários e de outros trabalhadores, acompanharam o funeral de Santo, que foi enterrado no Cemitério de Campo Limpo na região de Santo Amaro.

De lá, todos voltaram para o centro, mais precisamente para o Estádio do Pacaembu, onde se realizou nova assembleia-geral dos metalúrgicos.



Solidariedade ativa aos metalúrgicos

No caixão, Santo chegou de paletó e gravata. Os operários chegaram e disseram: «Ele nunca se vestia assim» E tiraram a gravata e o paletó.

Vários grupos se organizaram para prestar solidariedade ativa à campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo. Os primeiros foram articulados a partir das iniciativas da Oposição Sindical, que lançou uma carta aberta, esclarecendo suas posições e pedindo apoio aos outros setores de trabalhadores e aos moradores de bairros da periferia.

A partir dessa iniciativa, organizaram-se grupos nos bairros e de médicos, advogados, artistas e de apoio financeiro. Enfrentou-se a questão do suprimento de alimentos para os grevistas e piqueteiros. Uma programação de filmes foi realizada e um show, com os artistas se apresentando sem cobrar nada da Oposição Sindical (Dominguinhos, Diana Pequeno, Macalé, Decio Marques, Renato Teixeira, Lumumba e outras), cujo nome foi: "Pelego não entra mesmo".

Outro grupo de solidariedade, que foi centralizado pela seção São Paulo do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), reuniu jornalistas, professores, advogados (OAB), estudantes (inclusive UEE, DCE - USP - e UNE), e a Comissão Justiça e Paz.

Este grupo, entre muitas outras coisas - como arrecadar finanças etc - realizou mutirões no centro da cidade, criou uma central de informações no CBA e lançou boletins periódicos de informação à imprensa, denunciando as prisões e dando conta dos acontecimentos.

Funcionou também um fundo de greve, da Oposição Sindical para a categoria, criado ainda pelo Comitê de Solidariedade aos Demitidos, que foi



Milhares de pessoas acompanham o velório de Santo

formado a partir da greve do ano passado. Os organizadores deste fundo lançaram, nesta campanha, um caderno de história em quadrinhos, que está sendo vendido e encontrando boa aceitação.

Todo este apoio voltou-se para a categoria de modo geral, mas mais particularmente para os companheiros da Oposição Sindical que se colocaram à frente da campanha e dos comandos de mobilização e greve desde que se iniciou o movimento.

Contra o ministro, uma multidão de infiltrados

Eder Sader

Murilo Macedo é homem que cumpre a palavra. Do seu agradável sítio em Atibaia, ele decretou a ilegalidade da greve dos metalúrgicos e disse que "aplicaria a lei" para "garantir o direito ao trabalho". Todo trabalhador que já participou de uma greve sabe o que os governos dos patrões entendem por "direito ao trabalho": pau em cima dos grevistas. De sua quadra de tênis, esse indivíduo disse que haviam "infiltrados" no movimento.

O ministro também sabe do que está falando. Ele sabe como nesses anos todos do milagre foram importantes os "infiltrados", os trabalhadores de vanguarda, que ajudaram numa lenta reorganização da classe, que impediram tantas vezes que o desânimo tomasse conta da maioria quando a prepotência dos patrões, chefes, polícia e governo encobriam toda a humilhação e a miséria que foram a parte dos trabalhadores no festim da burguesia. O ministro sabe disso porque ele se enriqueceu exatamente nesses anos. Por isso a "ordem de Brasília", à qual os policiais dos Deops se referiam abertamente a quem chegava preso, era "pegar os cabeças" onde quer que estivessem.

Por isso eles começaram antes mesmo dos

piquetes. Era meia-noite do domingo quando a polícia militar invadiu a patada a sede do comando regional sul, prendendo e ameaçando todo mundo.

A jogada era perfeita: impedir qualquer piquete e ao mesmo tempo rádio, TV e jornais anunciariam que a greve não tinha se realizado. Ainda assim pararam as fábricas. Mas quem esteve em frente às concentrações metalúrgicas pôde ver como a ordem de Murilo Macedo era bem seguida. Policiais militares, guardas das empresas, e toda essa espécie passeando sua arrogância em frente a cada grupo de operários para provotá-los. Para atemorizar qualquer agrupamento que permitisse aos piquetes esclarecerem a situação para seus companheiros. No correr de 2.ª feira as prisões se multiplicaram. Em frente à Villares policiais da ROTA apontavam seus revólveres contra a cabeça dos operários, inclusive, entre eles, o deputado Aurélio Perez. Na 4.ª feira, na mesma fábrica, uma Veraneio da polícia "abria caminho" a toda velocidade para espantar os operários de um enorme piquete. E impressionava o fato de que nem cassetetes tinham. Eram só armas de fogo. Até que o ônibus da empresa, protegido por essa Veraneio,

foi forçar passagem entre os operários e quebrou a perna de um deles. Aí esgotou-se a paciência e as viaturas foram apedrejadas.

A essa hora já havia morrido Santo Dias da Silva, o metalúrgico e incansável militante da oposição sindical. Era um desses "infiltrados" denunciados por Macedo. A queima-roupa, por imbecis armados que sabem da impunidade em que vivem. Afinal, eles apenas "aplicam a lei" de que falou o ministro confortavelmente instalado em seu sítio de Atibaia, onde consome num fim de semana aquilo que os metalúrgicos não souberam ganhar por um mês.

Murilo Macedo, Delfim Netto, Figueiredo, os generais e os patrões querem impor sua nova política salarial e para isso enviam bestialidade de sua polícia contra trabalhadores honestos.

Mas eles não sabem o que estão fazendo, Mata-ram Santo Dias da Silva mas milhares de metalúrgicos e de trabalhadores em geral, de estudantes, de donas de casa, de gente simples, de bancários, de professores, se levantam para exigir um BASTA. Contra a impunidade dos assassinos e seus mandantes, existe hoje uma multidão de "infiltrados".

METALÚRGICOS — S.P./79



Cobertura de Antonina Silveira, Relton Fracalossi, Roberto Grum, Maria Helena Del Ciellos e Tom Duarte

Apesar da repressão, a greve cresceu

Nem o bumbo que alegrou a assembléia que decretou a greve escapou da repressão. As prisões na Zona Sul comprometeram a massividade da paralisação que, no entanto, alcançou elevados índices de apoio nas demais regiões.

O velho Cine Piratininga, no Brás, reviveu seus tempos gloriosos, quando era conhecido como o "maior cinema do Brasil", naquele domingo, 28 de outubro. Pela manhã, serviu de cenário para seis mil metalúrgicos de São Paulo que se acotovelavam, vindos dos mais distantes bairros da capital - Itaquera, Jaguaré, Vila Prudente, Penha, Santo Amaro - para tomar uma importante decisão: a deflagração da greve geral da categoria - 350 mil trabalhadores - única saída diante da transigência patronal.

Decisão foi unânime, nem mesmo os setores minoritários que mais decididamente haviam se oposto à paralisação, tiveram condições de encaminhar qualquer proposta em contrário, acabando, mesmo, quase que por milagre, por transformar-se em seus mais ardorosos defensores.

"Um, dois, três", queremos 83 "foi a palavra de ordem gritada a plenos pulmões e que podia ser ouvida mesmo em meio ao ensurdecedor barulho dos ônibus que transitam pela avenida Rangel Pestana, em direção à zona norte da cidade. E que foi gritada assembléia afora, ao som do bumbo, valentemente tocado pelo pessoal do Comando Regional da Zona Sul, que fornecera o contingente mais numeroso entre os trabalhadores presentes.

Se o clima era de festa, não era menor o senso de responsabilidade de um grande número entre os participantes que rapidamente se dirigiram aos comandos regionais (a cidade foi dividida em cinco: Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudeste) para organizar os pichamentos e os piquetes que deveriam parar as primeiras fábricas já a partir das 18 horas, antes mesmo do horário oficialmente decidido para a deflagração da greve, 22 horas.

Repressão começa cedo

Se os grevistas começaram cedo, parando algumas fábricas como a Metal Leve, no bairro do Socorro, em Santo Amaro, não é menos verdade que a repressão policial também acabou acreditando que madrugada é importante: cerca de 23h30m do domingo, dezenas de PMs armados invadiram o Comando Regional Sul, instalado no subsolo do Salão Arco Iris, prendendo 113 pessoas, entre elas a maior parte das lideranças operárias locais, que se preparavam para os piquetes da madrugada.

O golpe preventivo tinha sua razão de ser: é justamente no sul onde se localiza a maioria das mais modernas fábricas de São Paulo, reunindo o maior núcleo de metalúrgicos (aproximadamente 100 mil) e onde havia se realizado o mais intenso e melhor organizado trabalho de preparação da greve. Na Sul também, se encontrava o núcleo mais importante dos operários da Oposição Sindical, que conduziu toda a campanha salarial, praticamente anulando qualquer iniciativa da direção do sindicato, presidido por Joaquim dos Santos Andrade. Um golpe na Sul - e nisso seus mentores estavam certos - teria o dom de desmoralizar o movimento.

Não escapou, entre os detidos, nem mesmo o bumbo que horas antes ecoara na assembléia e que foi parar também, numa das salas do DEOPS.

Paralisação parcial

Se os efeitos das prisões, no primeiro dia de greve, na região mais importante foram consideráveis - somente o incansável trabalho e a dedicação dos raros membros do comando (cerca de 15 trabalhadores) que escaparam à prisão, conseguiram que um índice de 30 a 40 por cento de paralisação fosse atingido (pararam algumas fábricas como Monark, Dreco, Telefunken, MWM, Tinken, entre outras) situação mais animadora ocorreu nas demais regiões, que garantiram a maior parte dos 130 mil grevistas.

Em todas elas, a ação policial chegou um pouco atrasada, encontrando sub-sedes vazias, com as transferências dos Comandos Regionais para outros locais. Assim, ocorreu, por exemplo, na Zona Leste, onde o Comando grevista passou a dirigir a mobilização desde a Igreja Matriz da Penha. Dali, revelando um notável nível de organização, foi conseguido, já no primeiro dia, a paralisação de mais de 70 por cento das fábricas (Fame, Matarazzo, Motores Brasil, Fiel, Felizola, Tecnoforja, etc). No primeiro dia, ainda, segundo membros do comando, passaram mais de 10 mil operários em busca de instruções, discutindo a

organização dos piquetes (que contaram com um número elevado de mulheres) e participando das reuniões de avaliação, o modo de lidar com os provocadores policiais, as noções mínimas de segurança, etc. Não faltou, inclusive, a atuação dos metalúrgicos aposentados, que se dedicaram às tarefas de apoio e infra-estrutura, como o recolhimento de fundos e alimentos.

O mesmo esquema foi seguido na sub-sede da Moóca, pertinente ao Comando da Zona Leste; transferido ainda no domingo para a Igreja de Vila Alpina, ele teve condição de paralisar fábricas importantes como Arno, Lorenzetti, Metalgráfica.

A prisão de praticamente todo o comando da Zona Sudeste no piquete organizado, no domingo, à noite, na siderúrgica J.L. Aliperti, não surtiu o mesmo efeito devastador da zona sul. Ainda que de maneira um pouco desorganizada e descoordenada, o Comando substituto, que se transferiu para a Igreja São José, foi capaz de proezas como paralisar empresas como a Ford, que desde 1956 jamais havia sofrido paralisações, a despeito dos mais de 50 policiais que se aquartelaram no interior da fábrica. Outras fábricas, como Atlas, Metalco, Fundação Brasil, onde não foi necessária a ação de piquetes, Villares, Volkswagen também pararam. Na segunda-feira, as estimativas davam conta de 70 por cento de operários em greve, no setor.

Por outro lado, na Zona Norte, região de pequenas metalúrgicas, os resultados foram menos expressivos (calcula-se em cerca de 50 por cento o número de grevistas), traduzindo, também o menor nível de organização do Comando que, até a terça-feira, ficara sem lugar alternativo para se reunir, depois que o local anterior foi fechado para ela polícia.

85% parada

Finalmente, na Zona Oeste, o esquema de utilização de Igrejas acionado e mantido mesmo sem que a sub-sede tivesse sido invadida (houve apenas algumas provocações policiais, na madrugada de segunda-feira, mas que não implicou no seu fechamento) acabou apresentando resultados altamente positivos. Desde a Igreja Nossa Senhora da Lapa, onde passaram a se reunir a partir de segunda-feira, com o apoio do bispo da região, os trabalhadores elegeram um novo comando de greve, de acordo com as decisões da assembléia geral. As 14 horas, 18 empresas já estavam paralizadas (Colúmbia, Rádio Frigor, Duratex, Eletropart, Mapri, Brasaço, Fresimbra, Siemens - parcialmente, Sofunge, etc). Seguindo as instruções do comando, um número elevado de trabalhadores era encaminhado ao Comando, para avaliações da situação nas empresas, além do encaminhamento para a formação de novos piquetes.

No primeiro dia, o índice de paralisação oscilava entre 65 e 70 por cento, aumentando para perto de 85 por cento na terça como foi expresso na faixa que integrantes do setor levaram para a assembléia no sindicato. Antes da assembléia, pela manhã, perto de 600 trabalhadores promoveram uma assembléia regional, quando se decidiram pela continuidade da greve, não negociação com companheiros presos, continuar com as reuniões da Igreja, não aceitando propostas de alguns diretores do sindicato e antigos membros do comando que queriam voltar para a sub-sede, onde seriam presa fácil para a polícia.

Continuar a greve

A posição de continuidade da greve acabou prevalecendo na assembléia de terça-feira, realizada com a participação de pouco mais de dois mil trabalhadores que enfrentaram estoicamente a chuva que se abateu sobre o centro da cidade. Foi levada pelo Comando Geral de Greve, depois de uma acalorada reunião onde o vice-presidente do Sindicato, Orlando Malvezzi, e outro, integrante do Comando Geral, Ubiraci, se empenharam para que a proposta do Tribunal Regional do Trabalho (67% para quem ganha entre 1 e 3 salários mínimos, 62% entre 5 e 7, 59% entre 7 e 12 salários e 57% para os que ganham acima de 12 salários mínimos) fosse aceita como a saída "mais sensata". Não sem deixar de responsabilizar o Comando Regional Sul, (a essa altura recomposto com a liberação dos presos no domingo) pela

menor paralisação no setor, abstraindo evidentemente, todo dano causado pela prisão massiva, comparando essa situação com a considerável paralisação nas demais regiões e que havia crescido de segunda para terça-feira.

Foi justamente esse argumento que serviu para justificar a continuidade da greve: "se os demais setores estão bem e a Sul tem problemas, o negócio é reforçar a Sul, pois o ânimo de greve existe, falta um incentivo", afirmava Adalberto, um dos representantes da Zona Sul. A expectativa de que a situação poderia melhorar tinha alguma procedência: na terça-feira, a paralisação de empresas chaves como Villares e Caterpillar, duas das maiores da região deveria representar um novo alento nas demais fábricas, traduzido num ligeiro aumento do número de grevista para 160 mil trabalhadores.

Diante dessa possibilidade, que passava a ser mais factível a partir do assassinato do operário Santo Dias, em frente à fábrica Silvânia, em meio à consternação e à indignação que a morte do companheiro provocava, a decisão de transferir a

sorte do movimento para a assembléia de quarta-feira, 31, no estádio do Pacaembú, acabou prevalecendo.

4ª feira

2000 operários reunidos na Igreja N.S. da Lapa saem em passeata pelo bairro divulgando a greve e protestando contra a morte do companheiro Santo Dias. Pela manhã, um piquete de 1000 operários paralisa a Villares, uma das mais possantes fábricas da Zona Sul da cidade. As 11 horas um cortejo de 50.000 pessoas translada o corpo da Igreja da Consolação para a catedral da Sé onde é encomendado pelo cardeal D. Arns.

À tardinha, 5.000 operários em Assembléia no Estádio Pacaembú decidiram a continuidade do movimento, ignorando as ameaças de decretação de ilegalidade da greve, levantadas pela diretoria do Sindicato Nova Assembléia foi marcada para domingo no Cine Piratininga. Enquanto isso, a paralisação em São Paulo atinge 200.000 operários



Um piqueteiro cal, prensado entre o ônibus e uma Rota.

1978: 250 mil param, o pelego trai

O início da campanha salarial de 1978 foi marcado pela euforia, já que havia a experiência positiva das greves de maio e junho, no ABC. Os metalúrgicos estavam dispostos a recusar o dissídio coletivo e ir à greve, caso os patrões se negassem a negociar. Além disso, havia a mudança de comportamento dos dirigentes sindicais de São Paulo e Osasco, surpreendendo as oposições, tamanha a radicalização de suas posturas. Afinal, esse não era seu comportamento normal.

As duas reivindicações básicas eram: aumento de 70% a 74% e estabilidade para as comissões de fábrica.

De novo, há o avanço das oposições sindicais que, tomando a dianteira na campanha salarial, organizam Comissões de Fábrica, Comandos Regionais e o Comando Geral de Greve.

A greve foi decidida no dia 27 de outubro, numa assembléia que contou com 20 mil metalúrgicos. E, no seu primeiro dia, 250 mil já estavam de braços cruzados dentro das fábricas (200 mil em São Paulo, 20 mil em Osasco e 30 mil em Guarulhos).

O tipo de paralisação - greve, com ocupação das fábricas - facilitou bastante a ação repressiva. Ela se deu através de intimidações patronais e do policiamento ostensivo dentro das fábricas, onde

carros da polícia circulavam livremente. Houve, também, pressões governamentais de várias formas, inclusive ameaças de intervenção nos sindicatos.

Isso entretanto, não chegou a causar recuos na categoria. A greve só não continuou graças ao pelego Joaquim, do sindicato de São Paulo. Ele, no dia 31, contrariando 30 mil metalúrgicos reunidos em Assembléia, convocou para o dia seguinte uma votação, onde todos os metalúrgicos poderiam optar pela greve ou pela aceitação da proposta da junta de conciliação da DRT. No outro dia, quebrando sua promessa, só puderam votar os operários sindicalizados. Isso, aliado à falta de controle das urnas e dos votos, garantiu ao Joaquim a assinatura do acordo da DRT.

Essa mesma manobra foi utilizada pelo presidente do Sindicato de Guarulhos, Edmilson Neri, que obteve os mesmos resultados. Estava terminada aqui, a fase radical dos dirigentes sindicais de São Paulo e Guarulhos.

Osasco ainda resistiu por mais alguns dias. Mas a situação estava insustentável, já que com a assinatura do acordo em São Paulo e Guarulhos, a repressão e as pressões se concentraram lá. Depois de algumas assembléias e votações que nem alcançaram o quórum exigido por lei, a greve foi dada por terminada. (Jesus Varela)

Guarulhos Disposição supera organização

Apesar dos problemas encontrados na preparação e organização do movimento, a greve paralisou as fábricas mais importantes de Guarulhos, onde o ânimo e a combatividade cresceram diariamente.

Por Relton Fracalossi

Em Guarulhos, a greve dos metalúrgicos deu provas de grande vitalidade, apesar das dificuldades de organização encontradas durante a campanha salarial. A assembléia que deflagrou o movimento, ocorrida no domingo, dia 28, já mostrava um certo crescimento na mobilização da categoria, com a quadruplicação do número de participantes em relação à assembléia anterior, na qual compareceram apenas 600 trabalhadores. A categoria conta com cerca de 50 mil integrantes em Guarulhos.

Apesar disso, no domingo era ainda muito difícil prever a capacidade de organização que demonstrariam nos primeiros dias de greve, embora os integrantes da Comissão de Mobilização - notadamente a Oposição Sindical - garantissem que nas visitas às portas das fábricas constata-se que havia ânimo para a greve. Isso de fato pôde ser comprovado na segunda e na terça-feira.

O crescimento da participação, contudo, ocorreu um pouco tarde. Dos Comandos Setoriais que deveriam ser criados nas regiões de Cumbica, Itapejica, Centro, Eixo da Via Dutra e São Miguel Paulista, somente nessa última chegou a ser concretizado. A sua primeira reunião ocorreu apenas uma semana antes da deflagração da greve e teve a participação de cerca de 90 pessoas.

Com a deflagração da greve votada no domingo por cerca de 2.400 metalúrgicos, a categoria mostraria que os patrões não deviam subestimá-la. Logo nas primeiras horas cerca de 50 a 60% dos trabalhadores cruzaria os braços e esse índice viria a crescer no decorrer da segunda-feira. A repressão impedindo a atuação dos piquetes - ocorreram cerca de 50 prisões durante o primeiro dia - e o cansaço, após quase 24 horas de árdua mobilização, fariam com que à noite o comparecimento ao serviço aumentasse.

Na terça-feira, segundo o Comando de Greve, a paralisação cresceria novamente e atingiria cerca de 70% da categoria. À tarde, uma assembléia com mais de 2.000 metalúrgicos mostrava que o ânimo para a continuidade da greve ainda era o mesmo. "A greve continua" foi a resposta à

contraproposta de aumento de 67% escalonados feita durante a tarde pelos patrões, que, um dia antes, diziam repetidas vezes que a proposta de 66% era a última que podiam fazer. Embora a diferença tenha sido de apenas 1% em relação à proposta anterior, ficou demonstrado que com as máquinas paradas os patrões deixam de lado a sua arrogância.

Essa conclusão fez com que um metalúrgico, com olhos sonolentos e a barba por fazer, dissesse para o companheiro ao lado: "se em um dia de greve deu um aumento de 1%, mais uns dias e a gente chega lá". Na verdade, muitos esperam que a greve seja longa. Um dos oradores falou inclusive em 30 dias de greve. O fato é que muitas esperanças estão depositadas nesse movimento. Durante a assembléia destacou-se que a greve é a grande oportunidade de manter a categoria organizada, mesmo após o término da paralisação, tendo em vista consolidar os avanços que agora ocorreram.

Porém, até a manhã de quarta-feira, tudo era expectativa. Um balanço rápido da situação mostrava que as empresas mais importantes - a Bardella, a Iderol, a Santa Maria, a Borlem e outras - estavam totalmente paralisadas desde o início, enquanto grande número de empresas apresentavam paralisação parcial. Outras ainda, graças aos sofisticados sistemas de segurança que possuem - como a Mannesmann e a Hatsuda, por exemplo - haviam conseguido manter seus empregados no trabalho. Algumas começavam a demitir seus funcionários, como forma de ameaça. Para o Comando de Greve, toda força deveria ser concentrada nessas empresas, pois nas indústrias que já estavam paradas a manutenção do movimento estava assegurada.

Ao lado do ânimo e da disposição de luta dos metalúrgicos de Guarulhos, as incertezas ainda eram muitas. A repressão, que na terça-feira matou em São Paulo o metalúrgico Santo Dias da Silva, de 37 anos, e que poderia lançar mão de recursos ainda mais violentos, e a possibilidade de intervenção no Sindicato eram as principais ameaças que pairavam sobre o movimento.

Chegar às fábricas, o problema

Ânimo favorável à paralisação existiu desde o momento em que a greve foi deflagrada. A repressão dificultou a chegada às fábricas, impossibilitando uma melhor coordenação do movimento, que se transformou numa somatória de greves regionais.

Por Tom Duarte

Um amontoado de greves gerais regionais talvez seja a melhor definição para o movimento desencadeado pelos metalúrgicos de São Paulo, no domingo, dia 28. Uma contradição, com a forma como vinha se caracterizando toda a campanha salarial, dirigida de maneira unificada e firme pelo comando geral de mobilização e pelos comandos regionais, eleitos em assembléias gerais da categoria e setoriais.

Sem dúvida, a repressão desencadeada contra o mais importante dos comandos, o da zona sul, serviu para quebrar desde o início a unificação do movimento. A falta de direção centralizada, pelo menos até a tarde de quarta-feira, às vésperas da assembléia geral marcada para o estádio municipal do Pacaembu, era, na verdade o ponto mais débil do movimento, superando mesmo, a falta de um melhor trabalho de organização dentro das fábricas. Correndo contra o tempo, tendo contra si o peso da derrota do ano passado, quando as vontades de centenas de milhares de metalúrgicos foram contrariadas pelas manobras do pelego Joaquim Andrade (ver box da página 7) e a precariedade de um trabalho mais solidamente enraizado nas fábricas, os metalúrgicos, se foram capazes de criar uma direção que soube levar com relativo êxito a fase pré-greve, não lograram conseguir que esse papel se estendesse ao período mais decisivo e importante.

Direção alternativa

O que os setores mais lúcidos da Oposição Sindical metalúrgica - temiam - e que fora inclusive transmitido ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva - acabou ocorrendo: a classe se defrontou com

a falta de uma direção alternativa à direção sindical, ela própria sem a menor capacidade de influenciar, no sentido positivo, na condução da greve, mas, evidentemente, dotada de um ainda inesgotável arsenal de artimanhas e manobras capazes de boicotar e impedir o êxito da greve.

Joaquim, é verdade, nada fez publicamente (pelo menos nas assembléias) para evitar a greve. Mais precisamente, deixou o barco correr, única atitude que poderia mesmo tomar durante a campanha onde todas suas propostas - a começar pelo elenco de reivindicação, aprovado em conjunto pelos dirigentes que integram a chamada "unidade sindical" - foi rechaçado pela assembléia (o que ocorreu não só em São Paulo, como em Osasco e Guarulhos). É verdade que outros fizeram por ele, desdobrando-se, fazendo das tripas o coração no sentido de, a todo o momento, desencorajar as assembléias, ameaçar com o espectro do fracasso, apelar para o bom senso e para a transigência - "deveremos deixar que os patrões fiquem com o ônus da intransigência", diziam - como se a intransigência e a indiferença diante das reclamações da classe operária não fosse inerente à natureza mesma dos patrões. Ou haverá bom patrão, capaz de se convencer, sem pressão, de que é necessário ceder um mínimo de seus lucros?

E foram esses mesmos setores que se somaram ao pelego Joaquim, aliados de circunstância, campeões da "unidade", para fazer esvaziar a greve, não mexendo uma palha para fazê-la avançar, ao mesmo tempo em que se avaliam de boatos e da desinformação, buscavam lançar o descrédito sobre os setores mais combativos; esquecendo que, se na Zona Sul, a paralisação foi menor do que a esperada - e a repressão que lá se multiplicou por

METALÚRGICOS — S.P./79



Osasco Sindicato cede, patrões levam vantagem

A greve dos metalúrgicos de Osasco, iniciada no dia 29 de outubro, não durou um dia. Henos Amorina, o presidente do sindicato, passando por cima da categoria, rompe a unidade com os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos e assina, em separado, um acordo com os patrões.

Por Antonio Nahas Jr.

A fraqueza e vacilação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e as divisões e incertezas da oposição sindical não deixavam dúvidas de que Osasco seria o setor mais débil da mobilização conjunta dos metalúrgicos de São Paulo. Infelizmente, os prognósticos mais pessimistas se confirmaram inteiramente.

Uma semana antes da greve, na assembléia de 21 de outubro, enquanto São Paulo e Guarulhos continuavam firmes nos 83%, Osasco, apostando que assim facilitaria um acordo com os patrões, baixava o índice em 39%. Semeando esta ilusão em toda a categoria, negligenciou-se a organização e preparação da greve. Como se isto não bastasse, a assembléia delegou à diretoria poderes para, juntamente com a Comissão de Salários, negociar com os patrões, erro que se revelou decisivo para o fim da greve, na terça-feira, 30.

No domingo seguinte, 28, mil operários adiam a deflagração da greve para o dia seguinte à noite. Uma comissão encarregada de redigir um boletim que seria distribuído na segunda-feira, foi o pálido resultado de uma assembléia que, pela balbúrdia e pela imprecisão e falta de clareza das propostas apresentadas, serviu na verdade para aumentar a confusão, indecisão e desmobilizar a categoria.

No dia 29, a assembléia decide pela greve, sem maiores discussões. Vota-se pela paralisação sem avaliar sua necessidade, importância, organização e os elementos que garantiriam sua realização e as formas de enfrentamento com a repressão. Nada. Deflagrada a greve, assiste-se um espetáculo que causa mal-estar: passa-se meia hora sem que ninguém saiba o que fazer e, em seguida, promove-se uma, no mínimo, estranha votação para apurar quem realmente assumiria a paralisação e participaria dos piquetes encarregados de parar o turno da noite. No final, com a assembléia já vazia (metade dos operários se retirou), marca-se, apressadamente uma outra para as 10 horas do dia seguinte.

Os piquetes noturnos, apesar de precariamente organizados (sem nenhum material de divulgação, sem megafones e com um reduzido número de participantes), param, parcialmente, a COBRASMA e a BRASEIXOS. Na madrugada de terça-feira, apenas 32 operários comparecem à sede do sindicato para organizarem os piquetes matutinos que conseguem, apenas em regiões

fora do centro de Osasco, paralisar algumas fábricas.

Apesar da desorganização, o movimento era ascendente. Crescia a adesão dos operários das fábricas pequenas e médias. A paralisação das empresas com mais de mil operários, era um passo a ser dado. O próximo.

A diretoria do sindicato, alegando que a decisão agora passaria para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT, transferiu a assembléia do dia 30, das 10 horas para às 15 horas. Mas porque às 3 horas da tarde? Porque não dar mais tempo para a convocação, definindo um horário em que grevistas e não grevistas pudessem participar? As respostas não tardariam.

Os 400 operários reunidos no Ginásio Independência, assistiram Henos Amorina, presidente do Sindicato, afirmar que a greve estava muito fraca e que a repressão iria baixar mais violentamente e, para dar mais força ao seu argumento, lembra a morte de Santo Dias, operário assassinado pela polícia de São Paulo. Os patrões, continua Henos, ofereceram um acordo (67% a 57%, escalonados, sobre a data-base) que deve ser assinado até as 18 horas e, se continuarmos, a greve será considerada ilegal. Arremata.

A liquidação do movimento

Como que regidos pelo maestro Amorina, os oradores que se seguiram (com uma única exceção) despejaram a mesma avalanche de argumentos, tentando plantar o medo e o pânico entre os trabalhadores que, demonstrando sua disposição de continuar o movimento, não economizaram vaias. Percebendo que não conseguiria que os metalúrgicos apoiassem o fim da greve e o acordo, Amorina passa por cima da assembléia afirmando que ela não era legal, não tinha ata, etc. "A assembléia anterior me delegou poderes para negociar e eu vou assinar este acordo de qualquer jeito, para tanto peço que me deem um voto de confiança", conclui.

Sem que os operários tenham decidido se davam ou não o voto de confiança, o presidente do sindicato encerra a assembléia e, apressadamente, se dirige ao encontro dos patrões para fechar o seu acordo, deixando no seu rastro o desafio: ou se forja uma direção firme, que tenha representatividade nas fábricas, inflexível nas críticas aos burocratas sindicais e que tenha clareza e firmeza na apresentação de propostas, ou dificilmente o movimento operário, em Osasco, sairá da apatia em que se encontra.

dez foi a grande responsável pela maior parte dos problemas ocorridos - não é menos verdade, que nas demais regiões, onde os índices de paralisação ultrapassavam a casa dos 80 por cento no terceiro dia de greve, a influência dos setores mais combativos foi decisiva para enfrentar a influência negativa e derrotista dos "unitários".

Joaquim venceu

Sem liderança, odiado pela categoria que não lhe perdoou pelo que fez em 1978 - ódio que por extensão se transformou em desconfiança com relação ao próprio sindicato, criando uma forte barreira inicial a ser vencida para atrair os trabalhadores para a mobilização - Joaquim não podia efetivamente assumir a direção do movimento, contrabalançando os problemas enfrentados pelo comando de greve. E há quem diga que qualquer resultado, mesmo o fracasso da greve, lhe será favorável: nesse caso sempre terá uma forma - e os "unitários", a burguesia, o governo e a grande

imprensa estão aí mesmo para ajudar - de jogar toda a responsabilidade sobre os "radicais" da Oposição Sindical que "levaram a categoria a uma aventura", como já se ensaia por aí.

Um novo alento?

A morte do operário Santo Dias, caído no seu posto de combate, pode, por mais paradoxal que isso pareça, criar novas e melhores condições para um melhor resultado da greve. A gigantesca manifestação de repúdio ao assassinato do operário deverá provocar um recuo na repressão, possibilitando aos piquetes chegar até os trabalhadores, superando um dos obstáculos mais difíceis. Ao contrário do que diziam os derrotistas e alarmistas, ânimo para a greve sempre existiu e isso se comprovou em todas ocasiões que os piquetes ou mesmo dois ou três grevistas conseguiram chegar antes que a polícia à porta de uma fábrica: a paralisação era em 99% dos casos imediatos



Moradores protestam



O decreto baixado pelo prefeito Reynaldo de Barros, anistiando apenas os loteamentos clandestinos anteriores a 1972 (e, portanto, beneficiando apenas os vendedores de terrenos) e que deixou de fora as casas neles construídas, levou mais de quatro mil trabalhadores a se concentrarem na Prefeitura de São Paulo, na quarta, 21. Com faixas onde se lia frases como "Culpados Prefeitura e Loteador", "Loteadores trapaceiros das leis", "Prefeito Indireto. Solução Indireta", eles protestavam contras as pesadas multas a que estarão sujeitos daqui para a frente (até 200 por cento sobre os impostos) com a vigência do decreto. É que se encontram numa insólita situação: sem receber o "habite-se" — o que não impede que a Prefeitura lhes cobre regularmente o imposto predial — eles passaram a ser proprietários de construções "irregulares" edificadas em terrenos regularizados, passíveis, por isso mesmo, de sanções.

Depois de muita discussão com assessores do Prefeito — que se negou a recebê-los — a comissão de representantes dos moradores conseguiu que um secretário recebesse o abaixo assinado, firmado, por 25 mil pessoas, acompanhado de um documento onde expunham suas principais reivindicações. Eles exigiam a imediata regularização dos loteamentos clandestinos e a demarcação de todos os lotes para fins de registro de escritura, regularização das moradias na forma como estão, a construção de todas as melhorias (luz, água, arruamento, etc) prometidos pelos loteadores, preservação de espaço mínimo para áreas livre e áreas institucionais.

A resposta não foi das mais animadoras: o secretário limitou-se a convidá-los a voltar à Prefeitura no dia cinco de novembro.

O problema dos loteamentos clandestinos é um dos mais sérios enfrentados pelos moradores da periferia, constantemente burlados pelas numerosas imobiliárias que multiplicam seus lucros vendendo terrenos aos

trabalhadores através de contratos que não cumprem, sem inscrição no Registro de Imóveis, etc, contrariando todas as exigências legais. Quando cobrados, costumam encaminhar os reclamantes à prefeitura, onde esbarram, invariavelmente, na burocracia para que al lutem por seus direitos.

Por isso, cansados de encaminharem individualmente os seus problemas pelos canais tradicionais, não restou aos moradores outra saída que apelar para a mobilização popular.

Desde 1975, os moradores de loteamentos clandestinos se reúnem na Zona Sul de São Paulo, em luta por seus direitos. Dois anos depois, o movimento se havia estendido por toda a capital, amparado pela Pastoral da Periferia, da Arquidiocese. Em final de 1978, esgotadas todas outras formas de encaminhamento, começam a apresentar suas reivindicações de maneira conjunta, às Administrações Regionais. Estas, não só as ignoram, como ainda culpam os próprios moradores por haverem construído suas casas nos terrenos ilegais.

Finalmente, em março de 1979, endereçam um requerimento ao então prefeito Olavo Setúbal, em nome de moradores de 103 loteamentos contando com o apoio dos departamentos jurídicos dos Centros Acadêmicos XI de Agosto (Direito/USP) e 22 de Agosto (Direito/PUC), Pastoral da Periferia e parlamentares.

A resposta veio sob a forma do decreto capenga que acaba por beneficiar apenas as imobiliárias fraudulentas, motivo de ampla manifestação de repúdio daquela quarta feira.

A situação da população que vive nesses loteamentos pode ser resumida pelas declarações de um morador do Jardim Marabá, na Zona Leste: "nós não temos nada na vila que não seja feito por nós. Lá não entra nem um carro funerário, um carro para uma emergência. Isso, desde 1959 até hoje. Há mais de 20 anos que mora lá e até hoje, o que a gente faz é só pagar imposto, todo ano imposto. Sem ter direito a nada." (Sílvia Caccia Brava)

Belo Horizonte

Moradores pressionados

Da mesma forma que em São Paulo, a vida do povo pobre da periferia de Belo Horizonte não é das mais fáceis: é o caso, por exemplo, das 30 famílias que vivem na Vila Copacabana, no bairro Mangabeiras, e que estão sendo pressionados pelos diretores do aristocrático Minas Tênis Clube para que abandonem a área onde construíram seus casebres, supervalorizada, por sinal. A pressão, não é nada sutil: segundo a denúncia de uma moradora, dona Sebastiana Ivani Luxido, "eles estão jogando entulhos, passando tratores, arrancando árvores, danificando instalações de água e luz existentes na área, chegando até a aterrar barracos". Depois da sarfanagem, vem a oferta de indenizações irrisórias, a base de Cr\$ 60 mil ou menos por barraco cuja a totalidade foi construída há pelo menos 11 anos.

Grilagem

Expulsões no campo

"Se para os da cidade a coisa está preta, que dirá no campo, onde a violência contra os de baixo é sempre uma constante. Por exemplo, é o que está acontecendo com 40 famílias de posseiros que a partir da década de 40 se instalaram em terras devolutas a 100 quilômetros do município de Buritizeiro, no Norte de Minas.

Desde 1974 eles vêm sofrendo toda a sorte de arbitrariedade perpetradas pela Plantar — Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamento, que tem invadido as terras, destruído ou queimando casas, derrubado cercas e espancado colonos, tudo isso com a maior boa vontade e auxílio da Polícia. Trinta e sete famílias já foram expulsas, praticamente sem nenhuma indenização (algumas recebiam um máximo de Cr\$ 35 mil por suas propriedades).

Entre os três posseiros que resistem às tropelias, está o colono chamado Messias, filho do primeiro morador da área, cuja propriedade ficou reduzida a apenas três dos 2166 hectares que possuía. Segundo Messias, ele só sai de lá mediante o pagamento do valor real de sua posse.

Tecelões/POA

Firmes com a greve

Com a adesão de 99% da categoria e com apoio do Sindicato prossegue a greve dos empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Porto Alegre.

Após furar o esquema de repressão aos piquetes, os patrões partiram para outros esquemas de intimidação: cartas e telegramas chamando os empregados ao trabalho com ameaças de demissões; cortes nos vales e até mesmo, como fez a Indústria FREVOL, mandar carros de madrugada para buscar o pessoal em casa (com tudo isto, somente 10 funcionários foram trabalhar).

Com índices de ruído além do permitido, respirando pó e tinta em jornadas de trabalho que chegam a 12 horas diárias, recebendo por produção sem ter um piso salarial (uma máquina que quebra significa redução do salário de algum operário), gestantes sem estabilidade, o não pagamento de insalubridade, explicam em parte a surpresa de alguns em relação a esta greve em uma categoria que há a 21 anos não cruzava os braços.

Tendo sido considerada legal pelo TRT, e dada a combatividade da categoria, a greve deve prosseguir no mínimo até o julgamento do TRT, prevendo-se um desfecho mais favorável que as contrapropostas dos patrões: deverão conseguir um piso salarial, estabilidade para os grevistas, melhores condições de trabalho, e outros itens de suas reivindicações.

Hospital Espírita

Paga mal

O hospital Espírita de Porto Alegre tem uma dupla fama: a primeira, a de ser um dos melhores hospitais psiquiátricos do país. A segunda, a de ser um dos que pior pagam a seus funcionários. Se a primeira deve se manter, a segunda deve acabar, acreditam seus explorados funcionários que ganham, em média, menos de Cr\$ 2.500,00 mensais. Na quinta feira, 25 de outubro, em assembléia geral realizada sem a presença do pelego Alberto Centauro (que não se perca pelo nome)

eles decidiram exigir 100% de aumento imediato, sem desconto no próximo dissídio, 40 por cento de adicional de insalubridade e adicional de risco de vida (apesar dos funcionários já haverem comprovado a ocorrência de vários casos de meningite e hepatite no hospital, a direção conseguiu "laudos" periciais provando que não há razão para o pagamento de insalubridade).

As reivindicações foram entregues no dia seguinte, sexta-feira, por cerca de 150 funcionários ao diretor do Hospital, José Jorge da Silva, que "aconselhou" a imediata dissolução da concentração, alegando que poderia causar problemas aos doentes ali internados. A tarde, encontrou condições para despedir 21 funcionários, que foram retirados sob escolta de suas unidades de trabalho, assim causando o pânico entre os doentes mentais.

O movimento, entretanto, não está isolado. Constituiu-se, mesmo no detonador de uma mobilização mais ampla que deverá atingir funcionários de vários hospitais de Porto Alegre, que já realizaram um encontro visando coordenar uma ação conjunta de toda a categoria.

Metalúrgicos/RJ

Centro de cultura

Sábado, 25, foi dia de festa no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Aproximadamente 800 trabalhadores assistiram à posse da diretoria do Centro Cultural do Trabalhador (CECUT), entidade que se propõe a divulgar e promover atividades culturais tais como seminários, cursos, reuniões e conferências. Como afirmou um trabalhador "há muito tempo a classe necessitava de uma iniciativa desse tipo. No Rio, não havia nada parecido. O CECUT dará todo apoio à classe para esclarecer na luta contra o patrão. A classe trabalhadora não terá uma cultura envenenada, lutará contra uma cultura inculcada para dirigir o povo como uma boiada. Conscientizaremos lutando contra a massificação. Uniremos as mãos para lutar contra uma estrutura montada — o Estado, com suas escolas e todos seus meios para oprimir a cultura popular".

Na mesma ocasião, que contou com a presença do líder camponês Manoel da Conceição, foi lançado o livro "O importante é a gente dizer o que sente", da operária Wilma Costa

As greves da semana

SETOR	LOCAL	N.º DE GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
METALÚRGICOS	São Paulo e Guarulhos	160 mil operários	83% de reajuste salarial e piso de 7.200,00	De 28/10 a	67% escalonados
	Osasco			De 29 a 30/10	
TÊXTEIS	SP	2.100 operários	80% de reajuste salarial escalonado	De 17/10 a	
TÉCNICOS DO INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES	SP	400 trabalhadores	42% de reajuste salarial a partir de março de 1980	De 17/10 a 26/10	Reajuste de 30%, não punição aos grevistas e legalização de comissões de negociação.

Projeto do governo

Um novo roubo de até 146%

Um estudo do DIEESE, aponta que o projeto de reajustes salariais do governo, já posto em prática, uma vez aprovado na semana passada, causará perdas de até 145,8% na correção dos salários. Além disto o documento, reproduzido aqui parcialmente, aponta vários outros truques do novo arrocho.

O Brasil não dispõe hoje de um Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou um índice nacional de custo de vida. O IBGE, segundo declaração de seu presidente à imprensa, tem condições de fornecer, imediatamente, os índices de Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Recife. Em janeiro de 1980, terá condições de fornecer os índices de São Paulo, Brasília e Belém, e, em julho, de Fortaleza, Salvador e Curitiba, completando as 10 regiões metropolitanas.

Portanto, a lei não terá condições de ser cumprida, no que se refere ao item de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os primeiros dados referir-se-ão a somente quatro cidades e regeirão os salários de todos os trabalhadores brasileiros. No final, os dados representarão o comportamento dos preços em 10 regiões metropolitanas, deixando de lado cidades que já dispõem de índice de custo de vida, como Teresina, Florianópolis, Manaus e Uberlândia.

É discutível admitir-se que tal índice seja de fato nacional, pois nem a metade das capitais brasileiras estarão sendo objeto da pesquisa de preços.

Variações dos índices de preços nos últimos 6 meses

Enquanto não existir um verdadeiro Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é possível verificar a procedência dos cálculos apresentados mensalmente para a correção automática de salários, através dos índices de custo de vida levantados por diversas instituições nas várias capitais do Estado.

(...)

Ponderando-se os índices de custo de vida pela população das cidades, é possível chegar-se a um índice médio de custo de vida nas capitais. Em cinco meses, o custo de vida cresceu em média, em 11 capitais, 25,17%.

Uma estimativa conservadora da variação do custo de vida em outubro é de 4%. Supondo-se essa variação, o custo de vida médio das 11 capitais apresentaria uma elevação de 30,2%, em seis meses. Em outras palavras, o índice nacional de preços ao consumidor deverá apresentar uma variação média superior a 30%, desde que não se lancem dúvidas sobre a qualidade dos dados publicados pelas instituições que calculam custo de vida nas capitais (★).

Prejuízo para as categorias com reajuste entre novembro e abril

A lei determina que os salários das categorias que têm reajuste entre novembro e abril, terão, em 1/11/79, uma correção salarial de 22%.

Ao estabelecer a correção semestral de salários e efetuar essa correção somente em novembro, passa-se a dar tratamento desigual aos assalariados.

O percentual de 22%

O percentual de 22% não conseguiu ser ainda adequadamente explicado. Como se trata de correção salarial semestral, dever-se-ia utilizar a variação do custo de vida no período de novembro/78 a abril/79. Nesse período, o custo de vida nas diversas capitais brasileiras cresceu, em termos médios ponderados, 24,3%. Esse seria um número tecnicamente aceitável, dentro do espírito da lei, para a correção salarial de 1/11/79. Ou seja, o percentual de 22% é inconsistente em relação aos propósitos da nova legislação, ao menos do ponto de vista técnico.

Retroação dos Benefícios da Lei

Assim, as diversas categorias de datas-base entre novembro e abril passam a ter seus salários reajustados em períodos inferiores a seis meses. Uma categoria com reajuste em dezembro recebe a correção salarial de 22% por um único mês, enquanto a que tem reajuste em janeiro receberá a correção salarial de 22% por dois meses e assim por diante. Se a regra é a correção semestral, seria necessário um período de adaptação ou retroação dos possíveis benefícios da nova legislação. No quadro abaixo, damos o número de meses que ficam sem correção semestral para as diversas categorias e sua efetiva perda, neste período de passagem de uma para outra regulamentação legal.

Ou seja, o ideal seria a retroação da correção salarial para que os efeitos da legislação fossem semelhantes para todos os trabalhadores. Em termos salariais, se os trabalhadores que têm reajuste em novembro tivessem em maio sua correção semestral, em

termos de poder de compra, eles teriam recebido no período o equivalente a 1,458 salários; os trabalhadores com data-base em dezembro, teriam recebido mais 1,215 salários, e assim por diante.

DATA BASE	MESES SEM CORREÇÃO	PERDAS SALARIAIS
Novembro	6	145,8%
Dezembro	5	121,5%
Janeiro	4	97,2%
Fevereiro	3	72,9%
Março	2	48,6%
Abril	1	24,3%

Os percentuais, aplicados sobre o salário reajustado no último acordo ou dissídio da categoria, dão o montante perdido pelo trabalhador. Por exemplo, em novembro/78 um trabalhador passou a ganhar Cr\$ 5.000,00. Aplica-se a perda de 145,8% (ou 1,458 salários) sobre esses Cr\$ 5.000,00, obtendo-se Cr\$ 7.290,00, perdidos nesses 6 meses.

Nova distorção salarial

A nova legislação introduz nova distorção salarial. Os trabalhadores com data-base no período de novembro a abril passam a sofrer outro tipo de tratamento diferenciado, em relação aos trabalhadores com data-base entre maio e outubro.

Através de um exemplo, a situação fica mais clara. Os trabalhadores que têm data-base em abril, terão em novembro um reajuste de 22%, no dia 1/11/79. No mesmo dia, os trabalhadores que têm data-base em maio receberão sua primeira correção semestral que, nos exemplos do Ministério do Trabalho, poderá ser de 27%. Admitindo-se esse valor, a diferença de um mês de data-base provocará uma diferença de correção salarial de 7,7% na faixa de até 3 salários mínimos (nessa faixa, a correção sofre um acréscimo de 10%, ou seja, 27% + 2,7% = 29,7%). Essa percentagem é significativa e jamais será recuperada, pois, admitindo-se a mesma variação na correção semestral futura, os trabalhadores com data-base em abril receberão, em abril/80, 27%, e os de data-base em maio receberão, em maio/80, 27%.

Esse é mais uma das falhas técnicas, que causam prejuízos para um grande grupo de categorias.

A importância do salário mínimo

A lei aprovada dispõe que "O Poder Executivo ajustará... a política de salário mínimo aos objetivos desta lei". Tecnicamente, o ajustamento da política de salário mínimo à atual lei exige que o salário mínimo seja corrigido mensalmente, já que ele se torna valor de referência para as correções salariais. Se o salário mínimo for corrigido somente semestralmente, a amplitude das faixas de salário serão diferentes antes e depois da decretação dos níveis de salário mínimo, o que diferenciaria o salário conforme a data do reajustamento do salário mínimo. Exemplificando, segundo o atual salário mínimo, a primeira faixa salarial vai até Cr\$ 6.804,00. Se o salário mínimo for reajustado em 30%, essa faixa irá até Cr\$ 8.845,20. Na segunda situação, haverá um número maior de trabalhadores que sofrerão a correção salarial de 10% a mais que a variação do INPC, do que na primeira.

Conclusão

Estas considerações são feitas antes da fixação do Índice Nacional de Custo de Vida e mesmo de possíveis explicações que serão dadas pelo Ministério do Trabalho, a respeito de seu entendimento do texto da lei. Há necessidade de os Sindicatos disporem de elementos técnicos sobre a nova legislação, pois a lei assegura que "o Poder Executivo colocará à disposição... das entidades sindicais os elementos básicos utilizados para a fixação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor".

Este trabalho é feito visando possibilitar que as entidades sindicais possam exercer o direito que lhes é assegurado no texto legal.

(*) Na sexta-feira, o governo divulgou seu índice: como era de se esperar, mais um roubo: 26,6%.

Inflação Quem come seu dinheiro?

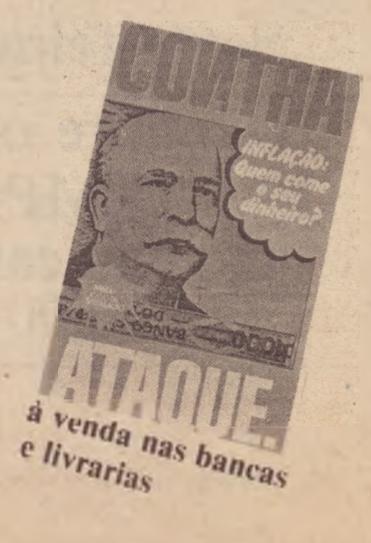
Acaba de sair o segundo número da revista CONTRA ATAQUE. O primeiro foi uma história em quadrinhos sobre a esquerda armada no Brasil do final dos anos 60 e começou de 70.

Agora, novamente em quadrinhos, o ABC da inflação, contado em três estórias:

1) D. Sueli e o bolo da inflação; 2) Ambrosina; 3) A concentração do capital no Brasil. Como encarte-brinde, a revista traz "O JOGO DA ESPECULAÇÃO FINANCEIRA", cujo tabuleiro e apresentação reproduzi-mos abaixo.

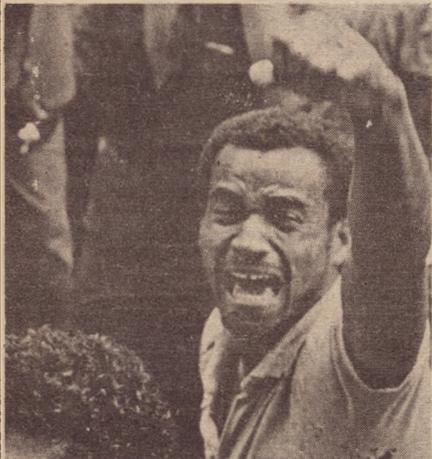
Regras

- Material para jogar:
 - Cartela que você ganhou de brinde da Revista Contra Ataque.
 - Um dado
 - Pecas para jogar (use pedras, botões, borrachas, qualquer objeto que seja menor que a pista onde você vai movê-lo).
 - Pedaços de papel recortado para copiar os cartões de identificação, fichas de depósitos, etc., conforme modelo na cartela.
 - Moedas da 10, 20, 25, 50 centavos e 1 cruzeiro, que você guardou no cofrinho. Quebre o cofrinho, se for preciso. Depois deste jogo você não vai mais mexer com miudezas.
- Como jogar:
 - O número mínimo de jogadores é 4, divididos da seguinte maneira:
 - Um grande Empresário (GE)
 - Um pequeno Empresário (PE)
 - Um Banqueiro (BAN) e Chefe do Governo (GOV)
 - Trabalhadores (T) — tantos quantos quiserem participar.
 - Sorteie os cartões de identificação o jogador que sair como Banqueiro: que é também o dono da financeira, acumula ainda o cargo de chefe de governo, devendo entretanto manter o capital do governo e do banco em caixas separadas, para não confundir as finanças.
- O objetivo do jogo é ganhar o máximo de dinheiro ao final de um prazo de 30 minutos ou uma hora — estabelecido entre os jogadores. Os jogadores correrão nas pistas da cartela, quantas vezes forem necessárias, obedecendo o seguinte esquema:
 - O grande Empresário correrá no circuito interno (CI), enquanto o Pequeno Empresário e os trabalhadores correrão no Circuito Externo (CE). O banqueiro/Chefe de Governo não correrá cabendo-lhe a tarefa de financiar a corrida e administrar a poupança dos competidores.
 - Todos os jogadores começam com o mesmo capital, no valor de 1 salário (Cr\$ 1,00) exceto o Banqueiro e o Governo que terão capital de Cr\$ 2,00 cada.
- INICIO DO JOGO
 - Sorteie no dado o primeiro a jogar, comece o jogo e vá lendo as instruções especiais, na revista, é claro, conforme a necessidade.



Poema PT

O companheiro José Francisco de Souza, poeta e bancário da Paraíba, se posiciona sobre o PT:



PARTIDO DOS TRABALHADORES

Pela autonomia sindical
Contrário ao seu imposto
É o Partido dos Trabalhadores
Por nossa vontade e gosto.
É preciso organizá-lo
Para nossa libertação
Pondo fim a todo domínio
Acabando com toda exploração.
Por uma Assembléia Nacional
Constituinte
Eleita de forma irrestrita
Fazendo dessa Constituição
Nossa carta Magna Escrita.
Estabilidade no emprego
E aposentadoria integral
Com férias pagas em dobro
Para o trabalhador nacional.
Socialização da Medicina
Nosso PT é um hino
Pois defende tudo isso
E mais, a democratização do ensino.
Toda empresa estrangeira
Tem de ser nacionalizada
Toda grande empresa
Tem de ser estatizada.
Por um Governo dos Trabalhadores
Com o Estado sob Controle Operário
Com participação dos camponeses
Melhoria de vida e de salário.
Assim, os trabalhadores
Ficarão livres de toda opressão
Libertando-se para sempre
Nosso povo e a Nação.

Mané

Temos que nos preparar para o combate

Manoel da Conceição, recém chegado do exílio e membro da Comissão Nacional provisória do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, fala das tarefas imediatas do partido.

Por Marcelo Beraba

Como você vê as perspectivas da conjuntura política?

— Eu acho este governo muito competente sob o ponto de vista das manobras. Não é um governo babaca qualquer não. Eu te digo porque todas as manobras visam bloquear o máximo possível as possibilidades de os trabalhadores atuarem de forma independente. Por isso que a anistia é limitada. Embora tenha anistiado o indivíduo enquanto indivíduo não anistia o direito de organização política dos trabalhadores.

Devemos nos preparar para o combate cada vez mais intenso no Brasil.

O Impasse

Eu sei que vai chegar a um momento de impasse. Não sei se vai demorar quantos anos. Este impasse é o antagonismo entre o conjunto da classe dominante com seu Estado e do outro lado as grandes massas de trabalhadores. Se neste momento de antagonismo já tivemos condições de romper com ele, tudo bem. Mas se neste momento for preciso um recuo, temos de recuar conscientemente, taticamente e não cair naquela ilusão que criamos após 64 quando, apesar do antagonismo estar posto, nós tentamos nos jogar na luta só, sem que as massas estivessem preparadas para isso.

Se trata de mobilizar os trabalhos para estas lutas e só vejo possibilidade de rompermos o antagonismo se as massas estiverem organizadas. Acho que a curto prazo não teremos condições para isso. O Brasil é muito grande e complexo. E assim como as forças produtivas se desenvolvem de forma desigual, também o desenvolvimento político de nosso povo se faz de forma desigual. Você pode pegar o nordeste onde, embora a massa tem um alto nível de combatividade, não tem alto nível político, é baixíssimo. Se você pegar São Paulo, Rio e Belo Horizonte, você já vê que aí há uma camada de trabalhadores que além da combatividade já tem uma certa política, já é capaz de conduzir a combatividade espontânea da massa.

Mas não podemos ver o Brasil apenas como São Paulo, Rio ou Minas. O Brasil é muito mais maior de grande, como se diz.

— Quando você desembarcou no Rio, vindo do exílio, estava muito tímido e evasivo a respeito da reformulação partidária e até evitou de falar no PT. De repente, você já está na Comissão provisória do partido. O que mudou em poucos dias?

— Há muitos anos já havia afirmado que no Brasil não existe o partido dos trabalhadores. Ou seja, existem correntes ideológicas que representam parcelas dos trabalhadores mas não existe um partido político que represente de forma global, de forma nacional, os trabalhadores.

Minha divergência com o PT, no exterior, foi a forma como havia sido lançado, meramente por dirigentes sindicais e de cima para baixo. Mas vim inteiramente aberto. Tanto para participar do PT como para conhecer melhor seu grau de preocupação com os trabalhadores. Não tinha nada fechado em relação ao PT do ponto de vista de um combate a ele.

O Movimento Comunista está em crise

A chegar a São Paulo, a preocupação central foi de ouvir os companheiros operários, estudantes e intelectuais sobre a importância do PT. E com poucos dias bateu a perspectiva que eu tinha sobre

o PT. Embora saiba que ele ainda é um movimento. E por isso mesmo eu entrei no PT, porque me permite discutir ainda as questões pendentes, aprofundar o debate em torno de sua construção.

Eu não tenho uma visão tradicionalista do partido dos trabalhadores. Acho que hoje o movimento comunista internacional está numa crise e enquanto ele não reconhecer esta crise não será possível sair dela. Esta crise é política, moral e estrutural, ou seja, este movimento comunista internacional se burocratizou. E eu vejo hoje que a única maneira de sair desta crise é começarmos a construir um partido dos trabalhadores a partir de suas bases, de baixo para cima.

Eu parto do princípio que devem estar no PT todas as camadas combativas dos trabalhadores. Esta camada combativa comporta marxistas de todos os matizes e cristãos combativos de todas as religiões. Por que isso? Porque o PT é que vai ser uma escola política de quadros revolucionários do proletariado brasileiro.

O PT para mim é um partido de massas e deve ser o partido dos trabalhadores não do ponto de vista daqueles que já tem uma concepção marcadamente ideológica, de jeito nenhum. Deve reunir todas as forças combativas, engajadas na luta do povo, que

não são necessariamente marxistas. Mas que dentro do PT poderão vir a ser companheiros valorosos sob o ponto de vista de uma concepção revolucionária.

Contra a Ditadura e o monopólio

— Quais são as grandes tarefas que se colocam hoje para os setores mais consequentes de oposição ao regime?

— Em linhas gerais, as grandes tarefas, a meu modo de ver, se colocam em dois níveis: a tarefa das organizações de massa, que deve ser cada vez mais levada a sério, e a tarefa da construção partidária, que possa se inserir no centro deste movimento.

Do ponto de vista do combate, nós temos dois gigantes. O primeiro, que é o combate à ditadura na atual conjuntura. Temos de botar todas as nossas forças para por fim a esta ditadura. Portanto, uma tática de luta no momento. E, segundo, o combate ao capital monopolista mundial, que atua hoje no Brasil na cidade e no campo e o qual inclui uma grande parte, o grosso, do capital monopolista brasileiro, que faz parte deste capital monopolista mundial. O combate ao capital monopolista como estratégia desta luta.

Estão aí os dois grandes alvos que temos de atacar.

É hora de organizar

No último dia 28, reunidos em Belo Horizonte, cerca de 400 militantes do PT estadual discutiram e deliberaram a organização movimento.

Discutir e definir os critérios de nucleação e eleger uma coordenação provisória capaz de organizar o trabalho do Movimento pelo PT junto às bases. Estes foram os temas principais do Encontro Regional do PT em Minas, realizado domingo passado na cidade industrial e que contou com uma participação expressiva de lideranças metalúrgicas, bancárias, professores, trabalhadores da construção civil, estudantes e associações de bairro.

Divididas em 15 grupos de discussão, mais de quatrocentas pessoas debateram os passos do PT na ida às bases. Alguns princípios foram consensuais: a nucleação deverá ocorrer prioritariamente nos locais de trabalho e de moradia; será privilegiada a nucleação por categoria, principalmente naquelas mais mobilizadas, visando que os militantes do partido tenham mais mobilidade de intervenção nas lutas concretas; deverão ser desenvolvidas formas de comunicação entre os núcleos, mantendo uma constante informação sobre a evolução geral do movimento bem como dos temas mais importantes da conjuntura; nos núcleos formados, sempre que possível, deverá haver uma divisão de trabalho interna, de forma a envolver os militantes em trabalhos concretos (foi relatada a experiência dos bancários, que se subdividiram em comissão de finanças, debates, representação na coordenação regional e trabalho cultural). Mas, o certo mesmo é que só o trabalho prático

permitirá uma visão mais acurada dos problemas da nucleação. Neste sentido, uma reunião envolvendo todos os que trabalham no PT na região da cidade industrial deverá acontecer esta semana visando elaborar um plano de trabalho mais concreto na região.

Na plenária que se seguiu foram aprovadas algumas propostas importantes: a da realização de uma manifestação contra a reforma partidária do regime e um novo encontro mais massivo, a ser realizado a 9 de dezembro, buscando inclusive aumentar em muito a representação de cidades do interior que tem sido muito deficiente nos encontros até agora realizados.

Além disso, foi eleita uma coordenação regional com mandato até o próximo encontro regional: **Ademir, Maria, Joaquim e Berzé**, metalúrgicos Contagem; **Eslo e Enilton**, metalúrgicos Betim; **Paulo Barcala**, estudante tendência Novação; **Vicente**, líder de movimento de favelas; **Virgílio**, economista; **Fabricio**, ex-deputado pelo PTB, **João Batista**, jornalista; **Angela**, Sindicato das Assistentes Sociais; **dona Edes, Sueli**, da União dos Trabalhadores do Ensino; e **Jonas** de movimentos de bairro. Além de dirigentes sindicais, a serem posteriormente designados. E mais, foram eleitos representantes de Minas na Coordenação Nacional, [provisória, **Wagner Benvides**, **Ignácio Hernandez** (metalúrgico Contagem) e **Luís Soares** (professor, da diretoria da UTE)

Sexta-feira:

compre o
EM TEMPO
nas bancas
Cr\$ 20,00

Sábado e domingo:

constate pessoalmente
* *Os principais fatos políticos da semana*
* *A melhor cobertura do PT e do Movimento Sindical e Operário*
* *História da esquerda brasileira*
* *O debate dos grandes temas do socialismo*

Segunda-feira:

Faça sua assinatura
para não perder mais
nenhum número

Nome Profissão

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP

Estou enviando o cheque nº do Banco

Por assinatura: ANUAL Cr\$ 800,00 US\$ 120,00

Rua Mateus Grou:57- São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

Uma frente com o PTB e o MDB popular

Devemos denunciar claramente a reforma partidária da ditadura. No entanto, caso ela prevaleça, deve-se cogitar uma frente do PT com o PTB e o MDB popular, com vistas a ocupar o espaço institucional. É o que sugere José Ibrahim, da Comissão Nacional do Movimento pelo PT.

Por Flávio Andrade e Celso de Castro

Como você vê a relação do PT com os demais partidos que se dizem no campo popular?

—Na reunião do dia 13, se discutiu um pouco a questão das frentes. Eu acho que já devíamos adiantar algo neste sentido. Na atual situação política, com todos os entraves que o governo está criando, possivelmente, daqui até 1982, seremos obrigados a fazer uma série de composições com outras correntes, outros movimentos, para conseguir participar, de alguma forma, também no marco da política institucional, para eleger deputados, etc. Numa possível frente, com o PT, eu colocaria o PTB e setores populares do MDB. Acho que com estas duas forças, podemos chegar a alguns acordos sobre determinadas questões. Mais ainda, acho que eventualmente poderíamos convergir na formação de um partido para a representação institucional, em função das dificuldades que o governo vai colocar e que pode determinar a impossibilidade para que isoladamente cada uma destas correntes possa participar de forma independente. Não podemos afastar totalmente esta possibilidade, e devemos trabalhar neste sentido. Frente para mim é uma questão muito concreta. É que deve se desenvolver a partir de questões específicas.

Os trabalhadores querem o socialismo

—No encontro do dia 13 de outubro, surgiram divergências ou pelo menos houve um debate sobre algumas questões importantes, como o problema do Socialismo, do Governo dos Trabalhadores e também, ainda que não de forma tão clara, sobre a Carta de Princípios de 1.º de maio. Como você avalia isso?

Acho que o fato de haver divergências reflete uma situação que existe no interior do movimento de articulação do PT.

Desde o início, colocamos que o PT é uma proposta, tem alguns princípios, que estão precisamente expressos na Carta de 1.º de maio. Mas esta discussão nas bases, está sendo feita de uma forma totalmente desorganizada. Outro problema é que a reunião do dia 13 foi o primeiro encontro nacional de militantes do Movimento pró-PT, e na minha opinião o fato de surgirem divergências é perfeitamente normal.

Para mim, particularmente, o PT deve ter uma proposta que corresponda a um tipo de sociedade que é a sociedade que querem os trabalhadores. E acho que, naturalmente, vamos cair no socialismo.

Na reunião, o que se discutiu foi a conveniência de colocá-lo agora. Mas acho que a coisa se precipitou, pois não estávamos discutindo ali o programa do PT. O que estávamos discutindo era uma declaração política, que devia responder a um problema do momento, a uma questão conjuntural.

O PT é Revolucionário

—Como você vê esta discussão sobre o caráter tático ou estratégico do PT?

—Para mim, o PT expressa uma necessidade dos trabalhadores, uma necessidade do movimento social de intervir politicamente. Eu vejo o PT como um instrumento para intervir agora. Acho que a esquerda sempre cometeu um erro: o de fazer um discurso doutrinário, ao nível da estratégia, da questão do poder, da questão do socialismo e não ter nenhuma resposta para a questão de atualidade, para intervir na conjuntura. O PT deve ser construído para ocupar seu espaço político agora, neste momento. Eu não entro muito na discussão sobre a questão tática ou estratégica, porque para mim, não há uma diferença entre as duas coisas. O que importa é que a construção de um Partido dos Trabalhadores pode nos levar até o socialismo, pode colocar a questão do poder.

O PT é uma proposta que surge de baixo, dos sindicalistas, de uma forma caótica, desorganizada, mas que responde aos anseios da base. A esquerda, neste processo, tem um papel muito pouco importante, e isso gera alguns problemas.

Na minha opinião, um partido revolucionário, um partido estratégico se constrói numa prática do dia a dia, dando respostas concretas a conjuntura.

—Qual é a expectativa que você tem sobre a evolução da atual conjuntura política? Você pensa que a curto ou a médio prazo existe a possibilidade de que esta "abertura" leve a uma situação de enfrentamento? Este está relacionado com a discussão sobre o caráter tático ou estratégico do PT.

—Acho que o fato mesmo de existir um movimento de articulação do PT, é um elemento importante da conjuntura política atual. O simples fato de existir o PT é um elemento revolucionário. Acho que no próximo período, a luta por liberdades, a luta pela

liberdade sindical, pelo direito de organização, contra a estrutura sindical, a luta por liberdades democráticas em geral, vai ter um papel muito importante. É esse processo que vai se dar a luta contra o sistema, a luta contra o regime. É este processo de lutas que vai levar o regime a um impasse.

A direção do PT tem que se agilizar

—O PT atualmente vive um processo um pouco caótico no que se refere ao aspecto orgânico. Por um lado, se nota uma certa lentidão nas articulações ao nível da coordenação, e por outro um crescimento muito rápido, e desorganizado, ao nível das bases. Como você avalia esta situação, e que medidas propõe para superar este problema?

—Realmente, este é um problema que existe, e é grave. Na situação atual, uma direção dinâmica, ativa e centralizadora do processo de organização é fundamental, para quem quer organizar um partido. A atual direção me parece muito representativa, o que corresponde ao nível atual de desenvolvimento do movimento popular. É uma direção reconhecida.

Mas na medida em que a direção do PT está ligada exageradamente à presença física e permanente dos dirigentes sindicais e, principalmente de presidentes de sindicatos isso evidentemente gera um problema. O sindicalismo brasileiro é extremamente presidencialista. Os companheiros estão muito pressionados pela atividade sindical, pela vida diária do sindicato, e a dinâmica principal deles não é a dinâmica de construção do PT e sim a dinâmica do movimento sindical. Claro que quando se está dirigindo uma greve, uma campanha sindical, está se construindo o PT. Mas ao nível estritamente orgânico, os companheiros são levados a somente trabalhar num certo sentido nas "horas vagas". É difícil até mesmo reunir a Coordenação do PT. Esta Coordenação creio eu, deve portanto tomar a decisão de formar secretarias — de organização, de imprensa, finanças, publicações — e criar algumas comissões

de trabalho e assessorias, para dinamizar o trabalho que a construção do PT está exigindo. Isso permitirá dar uma maior agilidade a proposta, e à sua materialização.

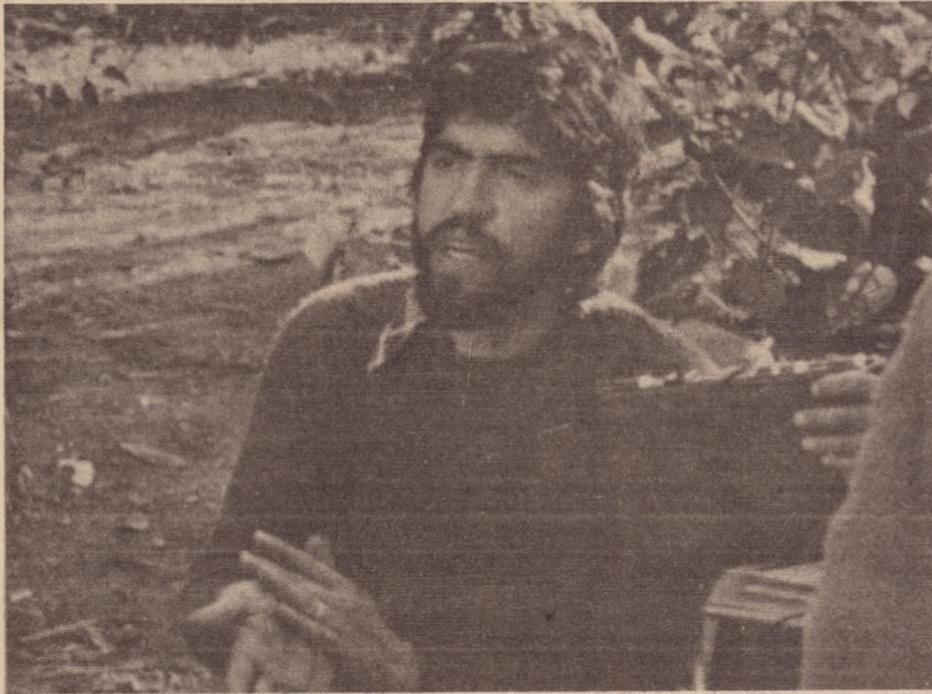
Uma campanha pela liberdade sindical

—Na reunião do dia 13, se discutiu que o PT deve ser construído a partir de campanhas nacionais, que marcariam sua intervenção política a nível nacional. Em sua opinião qual seria a luta prioritária hoje?

—Uma das lutas principais do PT deve ser pela reformulação total do sindicalismo no Brasil. É preciso acabar com esta legislação repressiva, a CLT que vem desde o Estado Novo. Precisamos construir um sindicalismo independente, livre e democrático. Esta luta, que na minha opinião foi começada pelas oposições sindicais e pelos sindicatos autênticos, deve ser uma das bandeiras do PT. Mas esta luta, que é uma luta política, não pode ser tratada somente no âmbito do movimento sindical. Esta é portanto uma das principais questões que o PT deve assumir.

Todas estas questões, que não são meramente sindicais, estão muito ligadas ao tipo de democracia que queremos. A visão da democracia que se tem hoje no Brasil está deformada. Todo mundo está muito impressionado, com a liberdade de imprensa, com o fim da censura, etc. Mas para nós, no movimento operário, o que existe é a repressão as greves, a morte de companheiros. No movimento operário não tem democracia. O que tem é porrada, é repressão, é intervenção nos sindicatos. Por isso, do ponto de vista dos trabalhadores, que é a referência principal do PT, esta luta pela liberdade sindical deve ser uma das bandeiras principais.

O que, de resto, só vem mostrar o quanto é falso dizer que só estamos preocupados com política, descurando da luta sindical. Não se trata de opor o PT à CUT. São dois planos de luta distintas, e nós lutamos pelos dois.



José Ibrahim

O PT não quer instrumentalizar os sindicatos

—Recebemos uma carta do companheiro Frati, na qual ele faz críticas à sua integração no PT. O que você acha disso?

—Eu conheço o companheiro Frati de longa data, o respeito muito, e compartilho sua preocupação em relação a questão da autonomia do movimento de massas diante de qualquer partido. Os organismos de massa não podem ser correias de transmissão dos partidos. Mas me parece que o Frati faz uma co. fusão. Não há nenhuma contradição no fato de ser sindicalista e estar ao mesmo tempo compror tido com um projeto de construção partidária. Pelo contrário. Acho que a obrigação de cada militante sindical, de cada militante operário, é ter uma militância político-partidária. O que é importante é não confundir as coisas: saber o que é função de um sindicato, ou de um organismo de massa, e o que é função de um partido político. E isto os documentos do Movimento pelo PT têm deixado claro.

O sindicato representa a classe no todo, independente das divisões políticas na massa.

Já o partido é diferente.

Portanto julgo que o companheiro Frati está tomando um princípio correto, mas tirando consequências que são indevidas.

opinião

rolando frati
que aberração,
ibra!

O cabo de ler na edição n.º 80, na seção "Opinião" do vosso pequeno porém valoroso semanário, as considerações de meu amigo e companheiro Ibrahim sobre o PT... Exatamente devido ao Ibra ter sempre demonstrado disposição de lutar pela Unidade do Mov. Sindical, coisa impossível de alcançar, sem uma intransigente e permanente batalha pela sua autonomia com relação aos partidos e grupos da esquerda. É um problema político-ideológico e sua solução não consiste apenas na organização de uma central-única, como pensam muitos companheiros... Na verdade, a luta ferrenha das esquerdas, cada qual, procurando por meios lícitos e ilícitos instrumentalizar em seu favor, o M.S., objetivamente, ajudou o inimigo. Ibra até o embarque de volta ao Brasil demonstrou sempre essa disposição. Ou seja: lutar pela unidade do M.S.... Por isso, estranhei as considerações propagandísticas de Ibra sobre o PT, às quais, tendo reparos críticos quero polemizar. Pois como nos ensinam os grandes mestres, sobretudo Togliatti, só no fogo da crítica e da autocritica e da polêmica a céu aberto, em torno dos grandes temas, e este é um grande tema, é que nós podemos achar o caminho que nos leva à solução dos grandes problemas sociais.

Ibra inicia suas considerações achando (ainda bem que não tem certeza) que a classe operária vai se atrelar ao PT. Que este será seu instrumento próprio de expressão e intervenção. Não dá uma só razão para justificar esse fenômeno. Seria porque se auto-define partido dos trabalhadores? Olha que há outros que se definem assim. Os vários PCs vão mais longe.

...Mais adiante Ibra afirma que os militantes do PT não devem considerar os organismos de massa, (no caso sindicatos e comissões de empresa) como organismos do PT. Mas devem lutar para impor sua hegemonia... que aberração Ibra! Se pelo menos você dissesse que ali o PT deve lutar pela unidade, com outras correntes políticas, também presentes na defesa das reivindicações específicas da classe operária, ainda vá lá. Em todo caso você não faz demagogia, (como os outros): diz logo seu sonho de partido hegemônico... Teria outras considerações mas prefiro falar sobre o problema das relações entre o Mov. Sindical, (M.S., não M.O.), partidos e dirigentes e líderes sindicais. Minhas conclusões sobre o problema da unidade do Mov. Sindical, são produto de minha longa militância nessa frente de trabalho e de observações que fiz em países onde há autonomia do M.S. e por isso, a unidade é um fato concreto... É a luta enfim, por um sindicato, que não aceita ser "correia de transmissão" da linha política de ninguém e nem joguete das muitas frações de uma esquerda em crise aguda, um sindicato com bandeira própria, pois só assim, expressará os interesses da classe operária.

Portanto, parece-me muito fácil compreender que os líderes sindicais, integrantes de CC.EE. ou de sindicatos, que endossam a posição da "OS" e que estão dispostos a lutar por ela, não devem ocupar cargos em partidos e, muito menos pretender atrelar os sindicatos ou comissões da "OS" a qualquer partido. Repito que é fácil concluir que tal conduta é antiunitária. É fracionista.

Naturalmente isto não significa que o cidadão não possa pertencer a um partido, ou ser candidato a cargo eletivo fora do sindicato. Pode fazer tudo isso, porém previamente deve desligar-se do cargo e comprometer-se publicamente a defender cabalmente, em sua nova função, as posições programáticas da "OS". Isto sim significa defender a unidade e pôr os partidos a serviço da M.S. e não este a serviço dos partidos...



Rolando Frati é um ex-dirigente sindical brasileiro, hoje no exílio, em Roma. Saiu do Brasil em 1969, juntamente com José Ibrahim, trocados pelo embaixador americano sequestrado. A opinião de Frati que aqui publicamos é parte de uma carta que ele nos escreveu.

Linchar, ato de justiça?

Em Curitiba e Cantagalo houve "justiçamento". Será isso mesmo?

Flávio Aguiar

Linchar é um ato abominável: esta é a primeira coisa que se deve dizer sobre a onda de linchamentos que se abateu no país, de Cantagalo a Curitiba. Inadir um presídio, pegar pessoas presas, fechadas nas suas celas, para matá-las em seguida, ou sequestrar alguém de seu banco de reservas, em jogo de futebol, levá-lo de porta-mala em porta-mala, de estrada em estrada, para depois matá-lo com requinte, são, sobretudo, atos de covardia. São, por outro lado, demonstração cabal de que muita gente aprendeu muito, nestes quinze anos de sufoco e ditadura.

Pois que outra coisa fizeram as polícias de vários lugares do país, durante vários anos, senão exatamente isso: sequestrar pessoas já presas, ou ainda não presas, torturá-las, violentá-las, matá-las, desaparecê-las? Estes também foram atos de covardia e barbárie, e que ainda dão, todos os dias, as lições da impunidade satisfeita e refestelada.

Não tenhamos ilusões: dizer que os atos de Cantagalo e Curitiba (o dos choferes de táxi) são consequência da pressão violenta a que se submetem as populações pobres, ou das cidades de um modo geral, não refresca nada. É claro: os quinze anos de repressão estão na garganta de todo mundo. E se todo mundo está querendo por para fora, é bom não esquecer que por quinze anos ficaram (ficamos) todos botando coisas para dentro: por isso é que vejo, nas chacinhas de Cantagalo e Curitiba, tanto de repressão sufocante quanto de aprendizado consentido. Durante quinze anos sofremos as lições da impunidade. Alguns aprenderam muito bem, parece.



Há diferenças, é claro, entre ambos os acontecimentos. Os psicopatas sanguinários de Cantagalo despertaram uma revolta que não se limitou só a eles. Pode parecer até que eles eram o mero pretexto de uma revolta maior, já que do movimento resultante ficaram a zero a delegacia e a casa da fazenda. O linchamento de Curitiba já tem o ar de

crime organizado, com os motoristas driblando policiais e praticando o enforcamento, num simulacro de justiça. Lê-se aí também o total desprezo, no segundo caso, e ódio, no primeiro, em relação aos aparatos legalizados de repressão e "justiça". Mas lê-se também a total ausência, em ambos os casos, de qualquer coisa. — ódio,

desprezo, raiva, submissão — ao aparato judiciário. Não creio que seja forçadomais fazer uma ligação entre os linchamentos, que já são do nosso cotidiano, e a avacalhada do poder judiciário, transmitida nacionalmente pelo rádio e pela televisão, dias antes, no caso Doca Street. E não é difícil também fazer uma ligação entre o circos avacalhado que todos viram e a avacalhada concreta, sistemática e paciente a que chegou o poder judiciário, como um todo, depois de quinze anos em que a hegemonia conservadora, organizada sob a forma ditatorial, fez justiça com as próprias mãos sobre seus inimigos.

O que resultará dos atos de Cantagalo e Curitiba, ou de outros semelhantes que volta e meia ocorrem? Lá haverá uma nova delegacia, provavelmente um novo delegado, mais soldados. A construção da fábrica de cimento com certeza fica sustada — até que alguma grande empresa, sem beber sangue tão diretamente, a assuma. O local ganhou nova e macabra atração turística. Em Curitiba haverá inquéritos, mas tenho dúvidas de que a coisa vá muito adiante.

Tudo ficará como antes, esta é a verdade. E é a verdade desde sempre que existem tais atos, que consistem em eleger um alvo determinado como bode expiatório e destruí-lo em cerimônia sacrificial. Não se pode ter ilusões também a este respeito: a multidão de choferes que linchou o ladrão em Curitiba e a multidão que linchou os dois prisioneiros em Cantagalo ainda não está muito longe dos bebedores do sangue de crianças. Moldaram-se à imagem e semelhança destes. Lutar, organizadamente, é uma coisa. Chacina é outra.

SALADA MISTA

Sexo sem arremate

Sexo & Poder — Cadernos do Presente n.º 3. Coordenação: Guido Mantega. São Paulo, Editora Brasiliense, 218 págs. Cr\$ 140,00.

Este livro veio preencher um espaço importante deixado, até então, vazio pelo movimento editorial brasileiro. Sem dúvida, a questão da sexualidade em suas múltiplas perspectivas e relações é um assunto atual e de interesse. Nessa época dita "de abertura" têm proliferado os estudos sobre as relações sexo-repressão, à maneira do que se dá nas grandes capitais européias. Aqui organizam-se mesas-redondas feministas, discutem-se as minorias sexuais, preparam-se ciclos de conferências sobre a autoridade, a moral, o sexo. Vemos como bastante oportuno o lançamento deste Cadernos do Presente n.º 3, e o leitor tem, agora, à mão, um leque variado de enfoques do assunto, apresentado numa linguagem simples e direta.

O que se tem, especificamente, sobre essa infundável matéria (Sexo e....) são as obras obrigatórias e de apoio dos grandes pensadores, de Freud a Foucault, passando por Reich e Marcuse, para nos limitarmos a este século. Sexo & Poder, abordando o que se teorizou sobre tal questão, e dinamizando essa literatura com o acréscimo de discussões coordenadas e entrevistas, consegue reunir um material de excelente nível. Os estudos apresentados não têm, necessariamente, continuidade entre si, nem unidade de perspectiva entre seus autores (o que não deixa de ser uma vantagem). Há, todavia, um fio condutor que leva o leitor a retirar, junto com os autores, alguns dos véus com os quais a ideologia das sociedades autoritárias encobre a sexualidade, o que por vezes consegue fazer de forma bastante sutil. A civilização repressiva está, permanentemente, de namoro com a questão sexual, um namoro cheio de limitações, de falsos presentes, de astuciosas palavras. Para o observador indiscreto e atento, os movimentos dessa "ligação amorosa" sexo-poder, interessam muito. Essa é a tônica dos artigos reunidos

nessa obra que procura revelar os caminhos sinuosos da repressão via sexualidade. Afinal, a sexualidade, muito bem vestida com as roupagens que lhe dá o poder, pode desnudar-se, por exemplo, através da leitura atenta das "inocentes" revistas femininas mais consumidas; e as sociedades autoritárias não costumam fazer a apologia velada de um "certo" erotismo para melhor dominar através dele? Mais ainda, até que ponto os movimentos feministas podem ou não estar fazendo o "jogo amoroso" do poder?; qual é, afinal, o papel da dita pornografia?; e o homossexualismo, a revolução sexual, o socialismo, como se compõem nesse grande tabuleiro? Tais abordagens, presentes nessa obra, são tratadas por autores nem sempre convergentes em seus pontos de vista. O que poderiam dizer alguns dos representantes das numerosas correntes psicoterápicas hoje existentes, sobre a repressão sexual a nível psíquico e/ou social? Os depoimentos de homossexuais, que carregam a carga da própria prática, não chegariam a contradizer muitas teorias cuidadosamente elaboradas?

Sexo & Poder é um livro curioso que "peca" pela despreocupação com a unidade, porém é aí mesmo que descobrimos seu maior mérito, pois como arrematar um assunto - sexo - que, por essência, é fonte inesgotável do novo?

(Rachel de Andrade)



Literatura Infantil

A criação das criaturas, de Tacus. São Paulo, Editora Vanguarda

A criação das criaturas, no melhor estilo dos livros infantis, é lido com muito prazer por adultos. Tacus descreve minuciosamente espécies animais absurdas mas estranhamente familiares, e acompanha o texto com ilustrações surpreendentes. Em seu primeiro livro conseguiu algumas coisas bem difíceis: escrever com humor e criar coisas com um interesse vivo para as crianças. Aqui estão duas de suas descrições:

O abstráquio — "O abstráquio tem a forma de uma pedra, é constituído como uma pedra, vive entre pedras e não se movimenta, como uma pedra. A única coisa que o distingue do famoso mineral é que ele tem um profundo senso de humor. Coisa que pouca gente sabe, porque ele é mudo como uma pedra."

A Legalopicalomania Pirética — "É uma pulga, prima distante das pulgas tradicionais, só vindo visitá-las quando está de férias. Quando mordido por ela, você não sente coceira alguma, mas em compensação fica com uma vontade irresistível de jogar bolinha de gude".

Leia e assinie

«O Companheiro»

Cine-Olho

Cine-Olho em seu último número (★) traz como editorial uma foto de Lula dirigindo-se aos trabalhadores. Um balão nos mostra o que ele estava dizendo: "Il n'existe pas, le cinema-verité". Com este francês capenga e irreverente introduz-se o tema difícil discutido nos dois primeiros artigos — cinema militante. Arlindo Machado aponta as dificuldades dos documentários recentes sobre mobilizações operárias em realizar satisfatoriamente seu projeto de "intervenção política direta". O uso ingênuo das técnicas cinematográficas trai frequentemente uma perspectiva autoritária. Vinicius Dantas analisa uma sequência de um destes filmes. Braços cruzados, máquinas paradas, onde o bom aproveitamento dos recursos do cinema recupera o momento em que uma greve começa, tão difícil de captar.

O editorial conduz-nos também a uma preocupação constante na revista: elaborar um discurso do qual as imagens participem. O artigo de Fernando Mesquita, por exemplo, não pode ser lido sem suas "ilustrações". Em torno de uma reflexão sobre os grafites, Fernando Mesquita reconstrói, com rigor e beleza invejáveis, o beco-sem-saída de nosso "cotidiano".

Até mesmo o artigo complexo e repleto de informações de Anette Michelson sobre Dziga Vertov é apresentado ao leitor com a ajuda de imagens. Nesse momento converge com o trabalho de Fernando Mesquita, apesar da divergência fundamental entre quem diz com Vertov: "Somente a consciência pode lutar contra o domínio da magia"; e a frase de Nightcomers: "A Magia é como uma mãe: sabe seu filho de colo a cada momento". Em outro lugar encontraremos uma abertura saudável para posições discordantes. Jean Claude Bernardet responde a um artigo de Arlindo Machado sobre o cinema conceitual publicado no número anterior. Este se define em oposição ao cinema não-conceitual, mas Bernardet aponta semelhanças entre os dois. O cinema conceitual quer ter por público as massas trabalhadoras. Terá mesmo?

Percebe-se um clima semelhante em todos estes artigos, mesmo assim Cine-Olho tem lugar para pontos de vista conflitantes. Esta agilidade e a coragem para tratar de problemas atuais e difíceis não se encontram em uma revista qualquer.

(Luiza Moreira)

(★) Esta é uma leitura do número 8/9 de "Cine-Olho". Este ano foram publicados os números 4 e 5/6 em São Paulo. Os números 1, 2 e 3 saíram em 76 e 77 no Rio.



PC do B: os impasses dos anos 70

Com o fracasso da experiência armada no Araguaia e, em seguida, somando-se a isto as divergências entre a China e a Albânia bem como as quedas de dirigentes em 1976, o PC do B entra num período de impasses.

Por Marco-Aurélio Garcia

Ainda que o aspecto mais relevante da história do PC do B nos anos 70 esteja efetivamente ligado ao que se conhece como a «Guerrilha do Araguaia» (ver a respeito a análise de Elvira de Oliveira) não é lícito reduzir a só este episódio o desenvolvimento da organização neste conturbado período. O Partido Comunista do Brasil passa por uma profunda transformação, motivada em primeiro lugar pela concentração de quadros e dirigentes na região do Araguaia, em segundo lugar pela repressão que se faz sentir sobre a organização, afetando a quase totalidade de seu núcleo histórico e, finalmente, pela incorporação de uma expressiva fração de militantes da Ação Popular que havia tentado levar às últimas consequências o processo de maoização da AP.

Em dezembro de 1976, quando a direção da organização se debruçava sobre o dossiê Araguaia, ensaiando uma crítica aprofundada da experiência militar no norte do país, a repressão se abate sobre o núcleo dirigente. O saldo é trágico: Pedro Pomar e Arroyo são mortos na casa da Lapa, onde o Comitê Central havia encerrado sua reunião. Vladimir Pomar, Aldo Arantes, Elza Monnerat e Haroldo são detidos pouco depois de deixarem o "aparelho", o mesmo acontecendo com Drummond.

Este último, como os demais membro do CC, viria a morrer na madrugada mesma de 16 de dezembro de 76, horas antes do assalto final da casa da Lapa. A repressão afirma que, tentando escapar ao cerco policial, Drummond teria sucumbido sob as rodas de um automóvel. Outras versões dão conta, no entanto, que ele teria sido preso pelos agentes do DOI-CODI e, primeira hipótese, assassinado na tortura, ou, segunda hipótese, se jogado de uma janela das dependências policiais. É evidente que a tese do acidente automobilístico (usada com frequência excessiva pela repressão) é a menos provável, sobretudo se se leva em conta o fato de que na madrugada do 16 os agentes do DOI-CODI terem afirmado que haviam prendido alguém com um pacote de biscoitos que ocultava no seu interior vários exemplares da *Classe Operária*. Os companheiros de Drummond sabiam perfeitamente que este era o sistema que ele utilizava para transportar os jornais da organização.

Mas as coisas não param aí: Jover Teles, um dos "históricos" do PCB e que depois de uma passagem pelo PCBR se incorpora em 67 ao PC do B, desaparece no mesmo 16 de dezembro. Ele tinha o hábito de deixar os aparelhos pela manhã cedo, o que parece ter ocorrido pouco antes do ataque da polícia. O curioso, no entanto, é que seu nome não aparece nos informes da polícia, nem nos do PC do B. Na sua recente entrevista a *Folha de São Paulo*, Diógenes de Arruda Câmara fala de um "outro morto" no episódio da Lapa, sem mencionar no entanto seu nome, o que não deixa de ser surpreendente, tendo em vista o tratamento dispensado pela organização em relação aos outros militantes e dirigentes caídos, cujas vidas e exemplos foram exaltados em comunicados da organização. A hipótese de que

Jover tivesse escapado vivo ao cerco da polícia parece menos provável, ainda; o seu "reaparecimento", como o de outros clandestinos já se teria produzido ou, pelo menos, teria sido anunciado. A partir destes elementos não é surpreendente que dentro do PC do B muitos militantes se interroguem até hoje sobre o inexplicável silêncio da direção a respeito.

Na Albânia

Outro aspecto do episódio da Lapa é a morte de Pedro Pomar. Em outras circunstâncias, Pomar teria escapado e a vítima da repressão teria sido o atual secretário-geral da organização, João Amazonas. Pomar deveria ter viajado à Albânia, mas, na última hora, tendo em vista problema de saúde na sua família, ele decide cancelar a viagem e a direção o substitui por Amazonas, que habitava a casa da Lapa. Tanto isto é certo que a polícia se surpreende quando não encontra entre as vítimas o corpo do atual secretário-geral.

A ausência de Amazonas na reunião da Lapa tem outras incidências no processo de discussão que começava a esboçar-se no PC do B naquele momento e que hoje transpira nas páginas da imprensa.

A chamada "ala crítica" à experiência do Araguaia, que via na guerrilha um "foquismo disfarçado", onde os aspectos conspirativos haviam sobrepujado uma orientação mais de massas, conforme os ensinamentos da teoria da guerra popular, marca pontos importantes na reunião do CC de dezembro 76. O alvo central deste grupo são dois editoriais recentes da *Classe Operária* considerados pouco críticos e muito complacentes em relação à guerrilha. A maioria que se alinha nesta posição só não tira todas as consequências de sua situação tendo em vista a ausência de Amazonas. O debate fica assim sem conclusão e isto talvez explique em muito a crise que o PC do B vive hoje e o lugar destacado que este balanço ocupa dentro desta crise.

Um outro elemento relevante da história da organização neste período que se encerra com a queda da Lapa é o

processo de superposição que se estabelece na organização a partir da incorporação dos militantes de origem Ação Popular.

Se é impossível comprovar o que muitos dizem a respeito do reforço que a cisão da AP trouxe para o PC do B (mais militantes do que o próprio partido tinha naquele período) é mais fácil constatar as modificações operadas a nível do Comitê Central.

A entrada dos militantes de origem AP no CC coincide com uma grave crise pela qual passava o PC do B ao nível da sua direção. Sete dos vinte integrantes do Comitê Central estavam no Araguaia, dentre os quais Amazonas e Grabois (este último morrerá na região); em 71 José Duarte havia sido assassinado na Bahia e o mesmo vai acontecer um ano mais tarde com Danielli, Lincon, Roque e Guilhardini. O CC nas zonas urbanas - não se pode esquecer o isolamento em que se encontrava a direção do Araguaia - tinha sido portanto reduzida apenas 8 membros e os lugares vazios vão ser em grande medida ocupados pelos recém chegados que tinham a seu favor, ademais a rica experiência no trabalho de massas que a AP havia podido desenvolver nos anos anteriores.

Superposição

A superposição de duas gerações de dirigentes - ainda por cima de origem política distinta - não causa maiores distúrbios no partido. Estes adviriam do debate que se fazia necessário sobre o projeto militar impulsionado no Araguaia, discussão que poria em evidência duas questões essenciais: por um lado a experiência mesma e que ocupava um lugar central na visão estratégica da organização; por outro lado, os métodos que deveriam presidir esta discussão. O debate está em curso e não são poucos os que denunciam o seu sufocamento através de expedientes administrativos. A questão do Congresso do PC do B nunca realizado desde 1962, volta a reaparecer. Mas na última Conferência Nacional, a sétima, este ponto não foi discutido. Em contrapartida a reunião decidiu comemorar em 1979 o ano Stálin.

As dificuldades em numerar um congresso

Um problema formal, dirão uns, mas, nem por isso, sem significação: que número deverá ter um eventual Congresso do PC do B?

Reivindicando a continuidade com o Partido fundado em 1922, o Congresso não poderá ser o Primeiro, pois aí se estaria admitindo que o que houve em 62 foi uma ruptura e não a "reorganização" do Partido.

O último Congresso do Partido antes de 1962 foi o Quinto, em 1960, no qual foram aprovadas as teses consideradas como "revisionistas" pelos atuais dirigentes do PC do B. Mas os fundadores (ou reorganizadores) do Partido Comunista do Brasil

não só participaram dos debates e da reunião, como dois foram eleitos suplentes do CC, estando, portanto, comprometidos com suas resoluções.

Se o eventual Congresso do PC do B vier a ser o Quinto, o partido estará desautorizando a conduta de seu núcleo histórico que participou e legitimou a reunião; se ele vier a se chamar Sexto, a organização estará reconhecendo a reunião do Partido que para muitos é fonte de todos os males. De momento, no entanto, a questão dos números não parece ser o maior obstáculo à realização do Congresso.

Arte em revista

Anos 60

Arte em revista nº 2.

Direção de Otília Beatriz Flori Arantes. São Paulo. Ed. Kairós

Este segundo número de Arte em Revista vem reafirmar a competência e seriedade do trabalho desenvolvido pelo "Centro de Estudos de Arte Contemporânea", responsável pela elaboração da revista. O objetivo de fornecer subsídios para o repensamento da produção cultural é plenamente atingido e cada texto da publicação constitui um explosivo repositório de concepções artísticas.

Se o número anterior priorizava os manifestos (onde pontificava entre outros o anteprojeto do CPC) o atual joga seu foco de luz sobre os textos da fase de ruptura e posterior radicalização do debate e ação cultural (período 65-68).

É justamente no debate acirrado gerado pelas divergências entre o teatro de Arena e o Oficina que a revista atinge o seu ponto alto, retratando a crise aguda de uma época que seria sucedida por um período de repressão e calmaria no campo cultural.

O texto de Augusto Boal "O Que Você Pensa do Teatro Brasileiro" (programa de espetáculo 1.ª Feira Paulista de Opinião - 1968) propõe de início uma união das três linhas teatrais de esquerda surgidas após o golpe de 64 numa cruzada contra o teatro burguês, mas o desenrolar da argumentação de Boal é uma amarga destinação de intransigente sectarismo. Após uma breve abordagem do que chama de teatro neo-realista (Flínio Marcos seria o modelo) e de uma defesa do maniqueísmo e simplificações do teatro do CPC e do Arena como eficazes na luta contra a ditadura, Boal investe contra o Oficina, rotulando o movimento de "tropicalismo chacriniano-decrescente-neo-romântico" e enumerando os defeitos e falhas que o tornavam "retrogrado e anti-povo". A radicalização e a falta de "saídas geradas pelo cerco ditatorial pareciam atingir o paroxismo no terreno das artes.

Do outro lado da moeda José Celso (entrevista ao Caderno Especial da RCB N.º 2-1968) optava por um teatro que questionasse esteticamente seus pressupostos enquanto arte, e consciente do público a que se dirigia (decididamente não popular) propunha uma formulação híbrida que aliasse um desenvolvimento digamos interno da atividade teatral brasileira a uma postura de agressão e choque ao público. Na verdade, se o Oficina contribuiu para um avanço e enriquecimento do teatro no Brasil (fato aliás reconhecido por Vianinha em 74 numa entrevista ao jornal "Opinião, que esperamos que "Arte em Revista" republicue), o seu equivocado relacionamento com o público desembocou na experiência frustrante do Gracías Señor. Ocupa lugar de destaque na revista - resguardada a importância dos textos de artes plásticas, literatura e música - uma coletânea de trechos de artigos de Paulo Emilio S. Gomes mostrando a lucidez e o pioneirismo de um crítico que já em 1961 mergulhava no estado das causas sócio-econômicas do cinema brasileiro, propondo um estudo integrado do fenômeno cinematográfico, numa visão diametralmente oposta a uma crítica que até hoje passa reprimendas e julga o cinema nacional conforme os padrões clássicos do cinema "hollywoodiano".

Arte em Revista é uma publicação indispensável para o debate cultural no país, e não poderia ter surgido láctea mais oportuna que esta de recuperar os anos 60 nestes dois primeiros números.

José Mário Ortiz Ramos

Mais uma dos quinze anos

Estreou em São Paulo, no Teatro Ruth Escobar, a peça A República de Obscuridade, de Murilo César, mais um a fazer o inventário dos quinze anos de ditadura. O enredo é simples: um americano, não se sabe se agente da CIA ou se embaixador, ensina um capitalista nativo, na República de Obscuridade, a agir e a convencer um general a derrubar o governo reformista. Segundo o press-release, a peça foi escrita no dia 2 de abril de 1964, em quatro horas de trabalho, de uma penada só. A direção é de Olney de Abreu; trabalham ele mesmo, Fábio Tomasini, Ivan Salles, Douglas Franco, todos membros do grupo "Ponto e Virgula".



Uma «gloriosa jornada de luta»?

A experiência da guerrilha do Araguaia, avaliada oficialmente pela direção do PC do B como uma «Gloriosa Jornada de Lutas», foi o centro da vida do partido durante quase 10 anos. O que irá significar sua derrota, é o sentido do atual debate interno.

Por Elvira de Oliveira

Se a propaganda ufanista é uma das características dos regimes ditatoriais, aquela levada a efeito em princípios da década de 70 no Brasil, é modelar. Por todos os lados prà quem pudesse ver ou ouvir, repetia-se até o cansaço "slogans" ainda vivos na memória: "Brasil — Ame-o ou Deixe-o"; "Brasil — Conte Comigo"; "Brasil — eu te amo" e por aí afora. Anos do "milagre" ainda intacto e do "prà frente Brasil", que tiveram como carro chefe a conquista do Tri-campeonato de futebol e Delfim Neto como feiticeiro-mór.

Enquanto isto no norte do país, na região do rio Araguaia — sul do Pará e norte de Goiás — inicia-se em abril de 72, a Guerrilha do Araguaia, episódio dos mais violentos e dolorosos de nossa história, que envolveu de um lado algumas dezenas de militantes do PC do B e de outro milhares de soldados do exército, aeronáutica e policiais militares. Para o PC do B a luta armada será desde seu início de grande importância. É ela, por exemplo, a questão de relevância que já em 1956 distinguirá as formulações daqueles que romperão com o PC de Prestes em 1962. Isto porque, tanto na caracterização da revolução como democrático-burguesa, quanto nas análises mais gerais da situação brasileira, da política de alianças ou a tática sindical não há divergências de fundo. No entanto, embora aspecto distintivo, a formulação da luta armada será antes de 64 extremamente tópica. Se expressará no conceito genérico de violência revolucionária e será pensada como a 5ª Tarefa na ordem de prioridades do Partido.

Do castrismo à Guerra Popular Prolongada

É assim, que nesse primeiro momento as iniciativas para seu encaminhamento e preparação não vão se dar de forma sistematizada através da escolha de áreas estratégicas e treinamento dos militantes; orientados pelos órgãos de direção. As experiências havidas ficarão no mais das vezes a encargo e responsabilidade de militantes de base que as levam a efeito. Aqui, a influência ainda dominante e modelo explicitamente referenciado é o Cubano, com o qual o Partido romperá, pelo menos formalmente em 1966, através do documento de abril: "Carta Aberta a Fidel Castro".

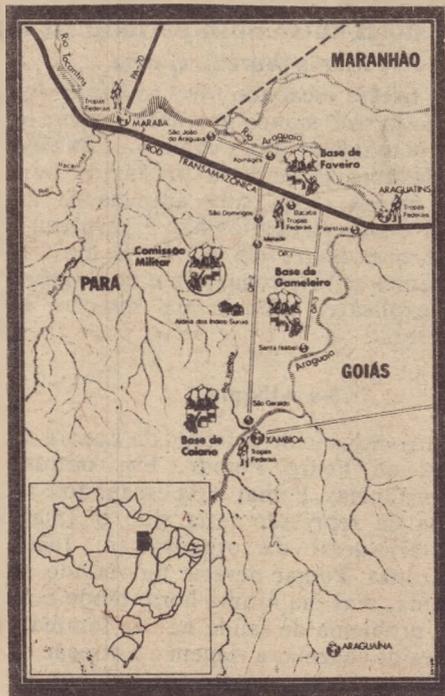
Em junho de 1966, em sua VI Conferência, o CC definirá o foquismo como "uma concepção pequeno-burguesa sobre a revolução, tanto na esfera política, como na militar e organizativa (...), nega o papel do Partido como força dirigente, atribuindo à guerrilha esta função. É uma teoria falsa e voluntarista, de fundo subjetivista, que posta em prática causa imensos danos ao movimento revolucionário". A partir dessa crítica, encarada como auto-crítica, o Partido no documento "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neo-Colonialista", define-se pela teoria da Guerra Popular Prolongada, tendo a China de Mao-Tsé-Tung como exemplo maior. O campesinato passa a ser visto como a força principal da revolução e o campo como local privilegiado das lutas, de onde partirá a rebelião, sob a palavra de ordem da reforma agrária radical.

A região centro-norte de Goiás é a escolhida inicialmente como local "prioritário" para a fixação dos militantes, por ser a região que mais se adequaria às concepções da guerra popular. Densamente povoada e tradicionalmente área de conflito de terras, ali se encontravam condições objetivas para que o trabalho frutificasse. O Araguaia nesse momento era definido como local de refúgio, por ser pouco habitado, de densas florestas etc. Na prática, porém, é este último local que será o palco dos acontecimentos.

Várias versões se apresentam para justificar ou explicar tal virada. Que o Partido durante as discussões foi atropelado pela realidade, com a construção da Transamazônica, que mudou a região e para lá transferiu os conflitos mais agudos, ou que "a região foi privilegiada porque imperou na formulação da guerrilha o aspecto militar, o caráter conspirativo, legado da teoria do foco revolucionário". E até mesmo uma explicação "oficial", uma das poucas dadas pelo governo: "a área foi escolhida por ser zona de fronteira de vários comandos militares, área de ninguém, portanto", diz o Senador Jarbas Passarinho.

Porque a região do Araguaia

Embora a explicação da construção da Transamazônica seja a aceita pelos dirigentes do PC do B hoje, já em 1966, e portanto, antes de seu início, chegam à região os primeiros militantes do Partido. De acordo com as avaliações feitas por aqueles, "o plano do PC do B era trabalhar com as populações pobres da região do Araguaia, politizá-las na medida do possível e resistir com elas ao ataque das forças do governo, transformando o processo numa guerra de guerrilha".



A região do Araguaia, palco de operações dos guerrilheiros. Suas bases estão assinaladas, assim como as tropas federais.

Dando consequência a este "plano", os 63 militantes do Partido que chegam a região até finais de 1971, iniciam a fixação na área, passando a conviver e viver como os próprios camponeses, procurando ganhar sua confiança e amizade. Em todos os relatos, que hoje se multiplicam, esse aspecto é ressaltado.

Ao mesmo tempo que tentavam confundir-se com os habitantes da região, os preparativos para o confronto militar também eram praticados. O "Araguaia" — órgão dos comitês de apoio à luta dos camponeses do Pará — revista de divulgação mensal que publica seu primeiro número em junho de 74 e cessa em abril de 75, traz em seu n.º 5, de nov./dez. de 1974 o "Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia". Três destacamentos são formados no triângulo compreendido entre as cidades de Xambúia e Marabá. Cada um deles será constituído por 21 homens, divididos em grupos de 7. Destacamento do Gameleiro: comandado por Osvaldo Orlando Costa, morto em abril de 74 e transformado em lenda na região, "dada a sua bondade e bravura"; Caiano, comandado por Paulo Rodrigues e destacamento do Faveiro sob o comando de João Carlos Hass Sobrinho, morto no final de 73.

A estrutura da guerrilha

No centro deste triângulo, internada na mata estava a Comissão Militar ligada ao CC, formada por Maurício Grabois, Angelo Arroyo, Osvaldo, Hass Sobrinho e 2 elementos de segurança. Esta comissão é caracterizada como o coração e o cérebro da guerrilha. Além destes, e fazendo a ligação com o sul, como "pombos correios", foram também para a região, João Amazonas e Elza Monnerat, históricos do Partido e membros do CC. Foram dos poucos que sobreviveram à guerrilha.

Lincoln Oest, Carlos Danielli e Lincoln Roque, compunham a "Comissão de Intendência e Logística" da guerrilha. Fazendo a ponte sul do Brasil — Araguaia eles eram responsáveis pela panfletagem em todo país, davam sugestões, enviavam material e dinheiro para os combatentes. Presos no final 72, na Via Dutra, são apanhados com todos os documentos reveladores das atividades no Araguaia e nas capitais brasileiras. Com o desmantelamento dessa comissão as relações com o Partido tornam-se ainda mais precárias.

Enquanto a Comissão Militar dedicava-se prioritariamente a preparação militar dos guerrilheiros, o trabalho político com a massa camponesa ficou relegado a segundo plano. Até antes do início dos combates muito pouco se evoluiu além dos contatos de amizade. E o "plano da guerrilha", que era: "criar uma frente anti-fascista nas cidades, desenvolver a luta revolucionária a partir do interior e na conjugação dessas duas vertentes, forçar a derrubada da ditadura fascista no Brasil", não firma bases para evoluir.

Apenas quando se inicia o confronto com as forças do exército, em abril de 1972, é que se passa a atacar mais detidamente para o trabalho político, agora em condições extremamente adversas. No mais absoluto sigilo, sem que nada transpirasse, mobilizou-se a partir desta data o maior contingente das Forças Armadas já visto, para

dar combate a um núcleo guerrilheiro. Cerca de 10 mil homens, aparelhados com as mais modernas armas e utilizando variados recursos, desde helicópteros a bombas napalm, são deslocados para o Araguaia, para as três "campanhas de cerco e aniquilamento" do "povo da mata".

Quando elas se iniciam, os guerrilheiros se internam na floresta, terreno que lhes era favorável. Embora com flagrante superioridade numérica e de equipamentos e contando com todos os recursos, que iam da abertura de estradas à construção, a toque de caixa, de quartéis, os militares não são bem sucedidos de imediato.

Os ataques do exército

A primeira campanha iniciada em abril é interrompida em julho de 1972 com baixas de ambos os lados e com um saldo negativo para o exército. A segunda campanha recomeça em setembro de 1972 e é nesse curto espaço de tempo que a Comissão Militar resolve dar consequência ao trabalho político. A panfletagem na região e em todo o país começa, divulgando-se a existência da FORGA (Forças Guerrilheiras do Araguaia) e o Programa de 27 Pontos, conjunto de reivindicações da própria população, compilado e redigido pela mesma Comissão Militar e até aquele momento desconhecido dos próprios guerrilheiros. Um programa de conteúdo democrático-burguês, que reivindicava melhores condições de vida e trabalho para o povo da região, defendia a pequena propriedade e exigia maior liberdade.

É neste momento também, que se formam a ULDP — União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo — que chegam a constituir entre 72 e 73 cerca de 20 núcleos, nos quais se orienta a população sobre os objetivos da guerrilha e discute-se o Programa dos 27 Pontos.

Em outubro de 1972 cessa a segunda campanha, com o exército ainda desmoralizado e odiado pela população que sofreu na carne todo o seu desvario. Centenas de camponeses foram presos, torturados ou mortos, tiveram suas casas destruídas e plantações arrasadas. Os soldados comandados de Brasília pelo Gen. Viana Moog e diretamente de Xambúia pelo Gen. Antonio Bandeira sofrem nova derrota política e moral.

Entre este segundo cerco e o terceiro que se inicia em outubro de 1973 se estendendo até o final de 74,

este realmente o de aniquilamento total, os guerrilheiros têm tempo, 11 meses, para acelerar o seu trabalho de propaganda junto a população. São divulgados milhares de panfletos conclamando o povo à luta: "a ULDP convoca a todos, homens e mulheres, jovens e velhos, para lutar com energia e entusiasmo por este programa de reivindicações mínimas".

Nesse interregno, em que o Partido poderia fazer uma avaliação de sua situação e condições objetivas e recuar, evacuando a área, a Comissão Militar decide continuar com a mesma tática. Hoje, esta decisão é contestada por muitos militantes do PC do B, que a consideram equivocada.

O exército por seu lado e sua tropa de "especialistas" usaram esse período para modificar a sua tática de confronto. Grupos de paraquedistas, orientados agora pelo Gen. Hugo Abreu, treinados para combater nas selvas e procurando "ganhar" a população para o seu lado, retornam à região, muitos deles, como espiões, infiltrados entre os camponeses. O tratamento dado a estes muda radicalmente e são criadas as ACISOs (Ação Cívica Social do Exército), que traziam caminhões com remédios e vacinas, davam atendimento médico prometiam pedaços de terra, com títulos de propriedade. No Natal de 73 é desbaratada a Comissão Militar, tendo M. Grabois sido morto nesta ocasião. Arroyo consegue fugir, vindo a morrer depois em 76 no encontro da Lapa. A destruição da Comissão Militar marcará o princípio do fim da Guerrilha. Um a um os guerrilheiros vão sendo localizados e mortos.

O partido debate a experiência

Enquanto isso, nas fileiras do Partido o debate é aberto tendo como centro a avaliação do acontecido. Quando o aparelho da Lapa é descoberto e destruído, na pauta de debates estava a questão do Araguaia. Duas posições ali se delineavam: uma sustentada por Arroyo e J. Amazonas e hoje a oficial no Partido e outra defendida por Pedro Pomar. Os primeiros sintetizavam sua avaliação no documento: "Gloriosa Jornada de Luta", que apresenta a derrota apenas como consequências de erros táticos e má avaliação das forças inimigas: "a Guerrilha do Araguaia representa um marco no processo de luta pela libertação do povo brasileiro. Seu significado político e os ensinamentos que encerra precisam ser salientados e difundidos..."

Por seu lado, Pomar, salientando a "façanha e o imenso sacrifício dos militantes", pondera também num documento que "a derrota não pode ser considerada temporária", já que a iniciativa foi totalmente abafada e nenhum dos objetivos propostos alcançados. Segundo ele, os erros foram não só de caráter tático, mas também estratégicos, pois "avaliou-se mal a conjuntura nacional e o Partido não deu o apoio que seria necessário, não se estruturando na área", deixando todas as decisões e responsabilidades a cargo da Comissão Militar.

Pomar destaca também, que "o núcleo guerrilheiro se constitui desde o primeiro momento como um exército em miniatura, não se fazendo o trabalho político necessário com as massas". Em síntese, "não foram aplicados os critérios da guerra popular (...), o certo é primeiro realizar o trabalho político, procurando através de uma ação planejada, cuidadosa, paciente, clandestina e tendo em conta o movimento camponês real, criar as bases de massas necessária para desencadear a luta".

Este debate, ainda inconcluso, embora prejudicado pela morte de Pomar também em 76, segue adiante, com muitos militantes reivindicando as suas posições. Enquanto a direção do Partido "fechou questão" na VII Conferência realizada em meados de 1979, em torno do documento de Arroyo e Amazonas e pretende que o debate tenha se encerrado, estes militantes disputam que a discussão continue e desça as bases.



«Exigimos nossos mortos!»

Negar a existência da Guerrilha do Araguaia ou tentar escondê-la é hoje impossível. Vários depoimentos de militantes que lá estiveram e sobreviveram comprovam em detalhes que dezenas de guerrilheiros em confronto com as forças do exército, perderam suas vidas. Se isto não bastasse, o próprio Senador Jarbas Passarinho em entrevista ao Jornal Movimento dirá: "o que alguns podem chamar de chacina, eu honestamente não conheço o fato, que se deu numa luta, numa guerra civil, numa guerra civil declarada, um processo de guerrilha que eliminou muita gente do lado de cá".

No entanto, o Governo, passados estes 4 anos nada declarou de oficial, tentando talvez, dessa

forma, apagar da memória aquele violento momento da história do país. Tentando conhecer esta outra versão do episódio, os familiares dos mortos no Araguaia encaminharam ao Presidente da República a 25 de junho de 1979, uma Interpelação Judicial para que ele dê conta dos corpos de seus parentes. Até agora nenhuma resposta receberam.

Esta Interpelação, baseada na Convenção de Genebra declara que o Presidente da República na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas tem poderes para "levantar o sigilo que cobre os fatos, já despidos de importância militar, pois incrustados no passado". (E.O.)

NICARAGUA LIBRE

Viagem à revolução sandinista

Por Bernardo Kucinski

3 — Relatos da Frente

a sala escura destaca-se a pele branquíssima, a camisola, enorme, solta até os pés. Leonor Ordonez, dirá que se chama, 24 anos. Voz arrastada. Vem com os sandinistas desde Esteli, onde possuía uma cervejaria que os soldados da Guardia costumavam saquear.

- Chegavam tarde da noite, golpeavam as portas. Abriam o refrigerador e se serviam, por qualquer coisa, quebravam...

Ao seu lado uma criança brinca em silêncio incomum.

- Era mais para manter meus quatro filhos, terminar uns estudos. Já vivia separada de meu marido. Ele era organizado, sandinista. Eu sou apenas cooperadora.

Leonor cozinha para os soldados nesse casarão de algum somozista foragido, agora transformado em precária "casa sandinista". São os integrantes de uma delegacia de trânsito da Polícia Nacional Sandinista, localizada na transversal que sai bem defronte a casa. Ao redor da vela o grupo pequeno conversa. Peço que falem da guerra.

José Joaquim Quadra, pseudônimo Álvaro, 23 anos, combatente há quatro anos, dois nas montanhas, Frente Norte. Serio, quase solene:

- Eu tinha uns 17 anos e estava no terceiro secundário quando um companheiro, que já caiu, Oscar Turcios, me fez referências à ideologia, da Frente Sandinista. Comecei a trabalhar na comissão política e depois integrei uma brigada da Juventude Revolucionária Sandinista. Trabalho político, agitação de massa, aqui em Manágua. Em '74 comecei a treinar com armas, estratégia militar, mas já nesse tempo a Oficina de Seguridad Nacional me detectou e tive que abandonar Manágua. Fugi com minha mãe e meus dois irmãos. Eles já eram revolucionários sandinistas e também se juntaram às guerrilhas.

Um soldado, menino ainda, entra e pede comida.

- No hay mais que café.
- O menino retruca que não come desde as dez da manhã.

- No hay mas que café.
- Nesta luta toda, dos três irmãos que éramos, só eu sobrei. José caiu nos alagados, ao sul de Masaya, há dois anos. E Mário caiu no começo deste ano mesmo, em Carazzo.

Leonor, na cozinha, parece que prepara café.

- A meu pai perdi já perto da vitória, a 19 de junho, durante a retirada dos muchachos de Rivas. "Mi papay y mi abuelito". Os jovens todos acompanharam os guerrilheiros na retirada, porque já sabiam que a Guardia viria com a operação limpeza e mataria a todos. Como meu pai era de idade, ficou. Pensou que por ser velho seria perdoado. Cobriu a retirada com sua arma e depois ficou. E foi tudo ao contrário, porque "la bestia, como lo llamavamos, no perdonavam a nadie. Así que lo mataram y a mi abuelito".

Chega o café. De coador, Joaquim Quadra continua:

Joaquim Quadra:

A Frente é formada sempre por voluntários, gente disposta a lutar até morrer.

- Eu mesmo fui ferido em uma emboscada, também lá pelos alagados do sul de Masaya. Foi em 1977; saímos 25 para atacar um comboio e voltamos 18, sendo que 5 feridos. Foi duro. Nessa época vivíamos na mata quase todo o tempo, e havia sempre um informador, que nos avisava dos movimentos da Guardia. Com base nessas informações, o companheiro responsável formava um operativo, com voluntários, e partíamos para a ação. A Frente Sandinista é formada sempre por voluntários, gente disposta a lutar até morrer. Mesmo porque, um companheiro que caía nas mãos da ditadura sabia que ia passar dias negros. Fechavam a pessoa num quarto e torturavam indefinidamente; arrancavam as unhas, castravam, arrancavam a língua. Muitos companheiros, feridos, morreram na floresta, porque eram conhecidos da Oficina de Seguridad e se viessem para a cidade seriam massacrados.

A criança adormeceu, reclinada numa almofada. Leonor leva-a por uma porta lateral. Retorna logo:

- Tenho que cuidar de meus quatro filhos. Um mulher no mercado me disseram ontem que para abrir uma cervejaria ou um negócio qualquer, a gente precisa pagar umas mil córdobas. "Esto no está bien".

- Nas montanhas tínhamos o problema das doenças. Eram muitas doenças, impudismo, malária, a febre. E uma que chamávamos lepra de montanha, que vai comendo a pele. É provocada por um inseto, uma mariposa pequena. As vezes chegavam medicamentos da cidade, e tínhamos companheiros estudantes de medicina que faziam o trabalho de cruz vermelha. Mas nas montanhas, na maioria das vezes, aquele que caía ferido grave, morria. Em agosto de '77, depois que me recuperei do ferimento, fui mandado ao comando central Camilo Ortega Saavedra, aqui em Manágua. Nessa época já tínhamos a sensação de que avançávamos bastante, no campo político e também no campo militar. Sempre havia mais gente, mais e mais companheiros, para cada um que caía, dispostos a tomar as armas. O grosso da Frente Sandinista ia avançando, já não éramos minoria, éramos maioria. E também havia cada vez mais armas.

- A respeito de como chegavam cada vez mais armas, permita-se explicar que essa era exatamente uma das tarefas principais das brigadas populares. As operações de captura de armas da Guardia Nacional.

(Francisco Echevarria, 30, anos, pseudônimo "Esturron")

- As brigadas foram se formando há mais ou menos três anos. Foi nos bairros mais pobres que surgiu essa idéia de se formarem brigadas. San Judas, Monsenor Lescano, Open Tres, hoje Ciudad Sandino, Las Americas... aos poucos foram se integrando mais e mais bairros até que ao fim já não havia quase nenhum bairro sem uma brigada popular. Organizávamos operações de fustigamento de jeeps da Guardia Nacional e captura de armas. Nós mesmos usávamos armas pequenas, pistolas 22 e 38. As grandes, as capturadas, eram mandadas para as montanhas.

- Essas armas permitem a formação de novas colunas. Mas as colunas guerrilheiras veteranas, já trazem armas sofisticadas, já tem o fuzil PAL, belga, o Garrant, americano. A melhor arma de guerra na nossa experiência, esse Garrant. Alcança 1.200 metros; anti-aéreo. Foi com ele que derrubamos os aviões push-and-pull que tinha Tacho. Já resistíamos à Guardia Nacional, mantinhamos posições nas montanhas e nos povoados.

Echevarria:

- Foi a partir da morte do mártir das liberdades públicas que as brigadas deram-se a conhecer publicamente.

(O assassino de Joaquim Chamorro, editor do diário liberal La Prensa, a 10 de janeiro de 1978, por soldados da Guardia Nacional)

- Nesse dia houve uma greve geral em Manágua. Pode-se dizer que em toda a Nicarágua. Foi quando definitivamente começou a luta geral contra Somoza. O feretro passou ao lado do quartel general da Guardia, o da Esplanada, e as turbas gritavam, "guardia, guardia, une-te", mas não se via nenhum soldado. Assim começou a virada. Difícilmente ficou algum bairro sem brigadas populares.

Alguém do fundo da sala interrompe:

- Chorávamos pela morte de Chamorro; toda a Nicarágua chorou esse dia. Ele se atrevia a publicar as barbaridades que cometia a Guardia somozista. Que Deus o tenha em glória.

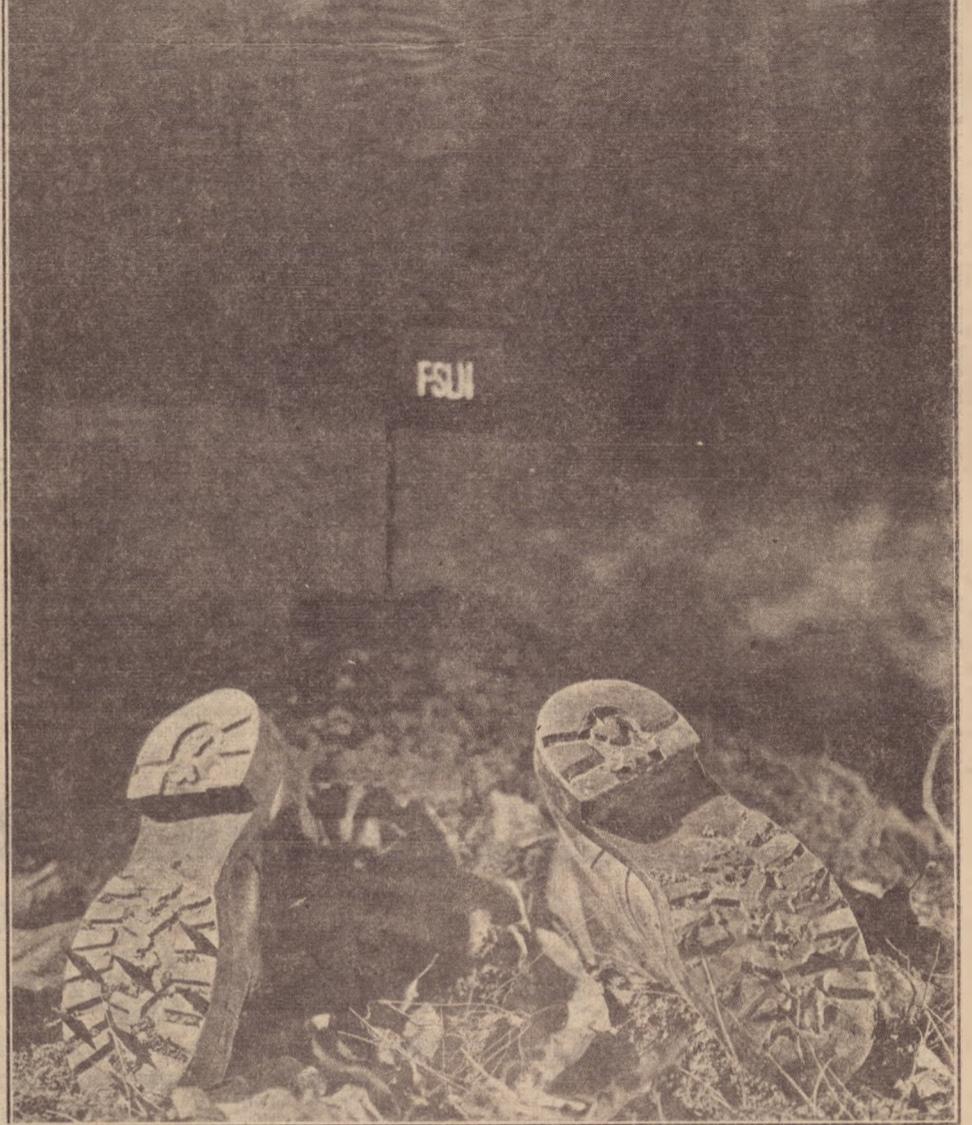
Echevarria prossegue:

- Foi então que eu me tornei organizado. Eu era trabalhador nos transportes coletivos em Open Tres e um companheiro me perguntou se eu queria cooperar com as brigadas, que eram uma organização da Frente. Eu disse que sim, mas que não poderia ir para a clandestinidade, porque tinha família grande e era o cabeça da família. Ele respondeu que não se tratava de ir para as

E nas montanhas, aquele que cai ferido grave, em geral morre.

montanhas; que eu trabalharia aqui mesmo, com meu veículo. Ia servir de correio. Joaquim Quadra:

EN LA MONTAÑA ENTERRAREMOS EL CORAZON DEL ENEMIGO!



- Foi nessa época também que o comandante "zero", nosso companheiro Eden Pastora, tomou o Palácio Nacional. Agosto de 78. Dia 22. Somoza foi obrigado a libertar vários dirigentes importantes da Frente Sandinista, inclusive Tomas Borge. E foi então que a Frente tomou força.

Nessa operação, os companheiros partiram diretamente para o Panamá. Do Panamá, nós regressávamos à Nicarágua para lutar. Essa foi a tolerância desses países, que nos ajudavam. Venezuela, Costa Rica, Panamá, Grenada.

(E as armas "sofisticadas"? De onde vinham as armas? Que governos deram ajuda militar sistemática aos sandinistas?)

- "Bien, eso era compartimentado. Segredo". Mas as armas chegavam. Já havia praticamente armas para todos.

Echevarria

- Em setembro houve a grande ofensiva, em Esteli, Leon, Masaya e aqui em Manágua. Eu também tomei o fuzil. Deram-me um fuzil e eu pá-pá-pá. Disse pra minha mulher, jogue-se no chão porque a guerra começou. Foi então que uma unidade da Guardia entrou lá no bairro, mais ou menos às seis da tarde. Nós atacamos, e um soldado morreu. O outro fugiu. Aí formamos barricadas. Na mesma noite a Guardia voltou, mas já estava tudo barricado.

Joaquim Quadra:

- Setembro foi uma prova de fogo. Não era ainda a ofensiva final. Mas já era a insurreição. E Somoza deixou de usar a tortura e passou ao terror aberto.

Leonor Ordonez, quase chorando:

- "Imagine-se que em Esteli llegavan, batian en las puertas, sacavam a los jovenes y los fuzilavam. En el hospital Alejandro D'Avila sacaran al doctor Selba, qui era opositor, y al doctor Glanz y mas unos quarenta jovenes y los mataram. Muchachas también. Primero las violavam. A Pirofildes, enfermeira, la destrozaran. Em abril desapareceram em Esteli cerca de tres mil jovenes".

Joaquim Quadra explica:

- Em abril deste ano as colunas fustigaram várias cidades, mas somente Esteli ficou ocupada por algum tempo. Sete dias. Foram sete dias de guerra. Fomos cercados. Mas com ajuda externa conseguimos furar o cerco e escapar para as montanhas. Uns 500 jovens foram conosco de medo da repressão. Mas a maioria ficou na cidade, acreditando que como não haviam participado diretamente na luta, a Guardia somozista não os molestaria. Aí começou a operação limpeza, sem

investigação, sem nada. Mandaram los Condeca, fizeram barbaridades.

Leonor, (soluçando?):

- E que havia também um "soplón" que conhecia meia cidade. O tipo circulou entre os muchachos por seis meses, conhecia tudo, os acampamentos, esse tipo ia entregando a todos.

Quadra:

- Essa operação ficou conhecida como operação limpeza. Depois disso, sempre que ocorria uma ação da Frente Sandinista, um ataque das colunas, os jovens da região fugiam. Porque sabiam que viria uma operação limpeza. De forma que já não havia alternativa para os jovens, e para todos, na verdade, se não lutar contra Somoza. "El delito era ser jovem". E Tacho tinha que usar cada vez mais os mercenários, os vietnamitas e unidades da Condeca, formadas por oficiais de El Salvador e Guatemala. Pagava dois mil dólares por mês a esses mercenários. Parece que havia uns quatro mil.

Outro soldado, José de La Cruz, combatente de Leon, fala:

- O massacre de primeiro de maio aqui, também marcou uma nova etapa na insurreição. Eu presenciéi tudo. Era uma manifestação de estudantes, principalmente, num campo esportivo. A Guardia se antecipou, certamente alguém denunciou o encontro. Eles vieram e imediatamente ocuparam todas as portas e começaram a disparar. Foram cinquenta mortos. Um massacre. Desde esse momento, então, todo esse setor de Manágua começou a apoiar abertamente a insurreição. Não adiantavam mais mercenários. Já em muitas áreas de Manágua as tropas não entravam.

Leonor:

- No massacre em Esteli havia uns três mil mercenários e dois mil da Ebi, a Escola Básica de Infantaria dirigida pelo Chaguin, o filho de Somoza.

Quadra:

- Eram treinados por veteranos da guerra do Vietnam. Tacho contratava esses veteranos e trazia para cá. Na Ebi se ensinava "my mision es matar; my mision es matar".

Continua na página seguinte



14

especial

Continuação
da página
13

Leonor:

Uma vez um soldado me contou que ele sozinho matou oitenta. Não acreditei. Mas depois do massacre de Esteli, vi que sim, que era possível que tudo era possível. Em Masaya o povo matou a pedradas um tipo que tinha 300 mortes nas costas. Sargento Alberto Gutierrez. Um dos maiores assassinos da Guardia. Esse fazia tudo abertamente, nem escondia. O povo todo o aprendeu!"

Então, para cada um que morria, apareciam muitos, para empunhar armas; e de minoria, a Frente virou maioria.

Quadra:

O povo sempre esteve ao lado dos sandinistas.

Nos protegia, nos alimentava. Mas, chegou um momento em que o povo não resistiu mais. Não por falta de comida, isso as pessoas agüentavam, mas por causa dos bombardeios indiscriminados. Em julho. O povo procurou refúgio, nos abrigos. Foi quando a direção da Frente Sandinista compreendeu que se não terminasse aquilo rápido, o povo da Nicarágua seria exterminado. Atravaram bombas de 500 libras, que arrasavam com um quartirão. E barris com 100 galões de gasolina. Bombardeios que duravam toda a noite e o dia seguinte. Já nos sentíamos desesperados. E também começava a escassear a munição. Compreendemos que tínhamos que avançar. Combater, mesmo feridos; a consigna era vencer ou morrer. E avançamos.

Pausa, reflexão:

- E a Guardia começou a recuar. Isso foi uma: três semanas antes do final. E então nós já não ligávamos para os bombardeios. E Somoza deu-se conta de que estava perdido. Nessas três semanas finais, já estávamos em cima deles. Durou 59 dias essa guerra.

Leonor:

- Já toda a Nicarágua estava em fogo e os helicópteros da Guardia não podiam pousar. A Guardia debandava. Imagine que em Esteli, como não podiam mais receber socorro, os soldados da Guardia extraíam todo o sangue dos presos para seus próprios feridos.

O soldado ao fundo:

- Além de tudo, combatiam drogados. Quando já sabiam que estavam derrotados, combatiam na base de marijuana e os da Ebi, na base da morfina.

Quadra:

- Ai começaram a saquear, a extorquir e roubar, já com vistas à fuga. Fugiam para Honduras. A Guardia debandou.

Leonor:

- Imagine que quando tomamos o bunker, saiu de lá de dentro um antigo companheiro Paulo Leal,

unhas enormes, cabelos até o chão... passou 24 anos nas masmorras. Era um cadáver vivo. Imagine que quando ele saiu e viu a luz, caiu e morreu.

Lá fora, tiros novamente. Já passam das 11 da noite.

Leonor recolhe as xícaras do café. Resmunga:

- Eso de las mil cordobas para se montar un salon de cerveza no está bien. Hay que verificar. No es impuesto. Es propina.

Quadra:

- A luta militar já terminou, mas a luta política é muito mais difícil. Tivemos pouco tempo desde que acabou a guerra. Ainda não pudemos concretizar nossas idéias. Que não haja exploração do homem pelo homem. Que os empresários não humilhem os trabalhadores.

Echevarria:

- Há muitas coisas de que não gostamos. Por exemplo, os companheiros Alfonso Robello e Jaime Wheelock são burgueses, capitalistas, que não afinam com nossas idéias.

- E há os terceiristas.

Echevarria:

- O terceirista é acima de tudo um burguês. Quando nós estávamos nas montanhas, eles gostavam de levar vida boa, boa comida, boas armas. Gostam de andar de carro, de ar condicionado. Não gostam de serem incomodados.

Quadra:

- E essa política de soltar os somozistas. Também não concordamos. Como disse o companheiro Tomas Borge, implacáveis no combate, generosos na vitória. Uma mostra de verdadeiro trato humano. Ele diz que é uma forma de mostrar à opinião pública internacional que nós lutamos pela liberdade, não pelo extermínio da Guardia Nacional. Que nós temos capacidade de perdão, que não éramos assassinos, como dizia a propaganda de Somoza. Mas nós não concordamos com nada disso.

Compreendemos que se não acabássemos logo com aquilo tudo, todo o povo da Nicarágua seria exterminado... e avançamos.

Leonor:

- E o povo não concorda. O povo odeia e despreza esses esbirros somozistas.

Echevarria:

- A gente pode não concordar, mas obedece.

Leonor:

- Diz o companheiro Tomas Borge que o exército levava à força meninos de 13 e 14 anos e treinava eles para lutarem conosco, que tínhamos muito mais experiência, levava à força, e que esses serão libertados.

Echevarria:

- A gente obedece, porque na Frente Sandinista, quem manda é o Estado Maior. É um Estado Maior político-militar, que atua de forma castrense. A forma de vida da Frente é castrense. Se o Estado Maior manda, nós obedecemos. Agora, a junta do Governo de Reconstrução Nacional, essa não tem nada que se meter conosco. A junta do governo mete-se com o sistema de governar.

Quadra me acompanha por meio quartirão em direção ao hotel. Os tiros cessaram. A noite é leve. Porque é inverno, dizem, com chuvas e ventos ligeiros. O porteiro achinesado do hotel dorme a um canto. Levanta-se imediatamente quando me aproximo da porta. Olhar de profunda reprovação.

Próximo Capítulo:
a FSLN história e estrutura

internacional

Nicarágua

O caso da Brigada Simon Bolívar (*)

A FSLN, cuja liderança é inquestionável na Revolução Nicaraguense, tem encontrado dificuldades na relação com outras organizações e tendências políticas.

Por Virgínia Pinheiro

O prestígio e o apoio de massa alcançados pelos sandinistas no processo que levou à queda da ditadura somozista é inquestionável. Tanto que, apesar da composição bem mais ampla do Governo de Reconstrução Nacional, a responsabilidade e a direção efetiva do país está nas mãos da FSLN.

Evidentemente isto não significa que outras organizações e tendências — tanto de direita como de esquerda — tenham deixado de existir na Nicarágua: mas também é evidente que suas condições para influir politicamente no curso imediato da Revolução são incomparavelmente inferiores às da Frente Sandinista.

Essa hegemonia tão inquestionável tem como contrapartida lógica a indução à política do entrismo das demais forças políticas na Frente Sandinista nem sempre através de métodos aceitáveis de acatamento da direção e da disciplina da Frente e pode chegar até mesmo ao uso indêbito do nome, do prestígio e das organizações de massa desta com um claro propósito boicotador.

O fato da FSLN não ser uma organização monolítica — embora seja centralizada — comportando em seu interior tendências políticas bastante heterogêneas favorece de modo especial o entrismo. Ele é favorecido ainda pela situação de extrema efervescência política do país num quadro de grande desorganização da vida econômica e social.

É assim que se explica o decreto do GRN encaminhado pela FSLN: "Fica reservado exclusivamente à Frente Sandinista de Libertação Nacional e às agrupações civis, de trabalhadores e de toda espécie que esta organize ou a ela se integrem, sob sua direção, o uso da denominação SANDINISTA em termos políticos, seus símbolos e distintivos". O decreto já havia se tornado necessário na prática.

Atuação da brigada

O caso mais delicado que a FSLN teve de enfrentar nesse sentido foi o da brigada Simon Bolívar (BSB) que terminou resultando em sua expulsão do país. (Mais precisamente, na expulsão dos membros não nicaraguenses da BSB).

A brigada foi formada em junho deste ano pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Colômbia, organização simpatizante da IV Internacional(2). Seu objetivo precípuo e declarado publica-

mente era o de formar uma brigada militar para lutar junto com a FSLN em sua ofensiva final contra o regime de Somoza.

Embora alguns de seus membros tenham individualmente entrado na Nicarágua e se incorporado em unidades militares da FSLN, a brigada enquanto unidade só entrou depois da queda de Manágua e se dirigiu para diversas cidades.

Aí ela se apresentou como parte integrante da FSLN, agindo por esta e pela sua direção. No entanto, mesmo falando em nome da Frente, de fato não se submeteu a sua disciplina, desenvolvendo uma política própria.

O grave na situação consistiu então, nos vergonhosos métodos utilizados.

No caso da organização de sindicatos nas fábricas, manipulando autoritariamente informações, instituíram o curioso estatuto da "dupla filiação": na Federação Sandinista de Trabalhadores e na Brigada Simon Bolívar sempre apresentada como parte integrante da FSLN.

Em Bluefields, uma cidade da costa leste bastante isolada do resto do país e onde havia poucos quadros sandinistas a brigada se apresentou como a direção local da FSLN. Esta foi obrigada a enviar para lá uma unidade armada para reestabelecer sua autoridade.

Há detalhes contundentes: o emblema da brigada tinha estampado em letras enormes "FSLN" e em letras muito reduzidas "Brigada Internacional Simon Bolívar". As campanhas financeiras da brigada eram feitas em nome da FSLN.

Diante disto, a direção sandinista convidou publicamente a brigada para um encontro com o objetivo de resolver a situação. Inicialmente, a brigada respondeu organizando uma concentração de trabalhadores perto do local onde se daria o encontro, aparentemente para demonstrar força política. No entanto, os trabalhadores que aí compareceram não vieram para dar apoio à brigada mas sim sob a falsa suposição de que estariam discutindo seus problemas com a direção da FSLN.

Ainda assim, a Frente Sandinista promoveu dois longos encontros com a direção da Brigada onde propunha basicamente que esta se tornasse de fato integrante, disciplinada e leal da FSLN enquanto

brigada internacional. Mas apesar de seu estatuto público de organização militar e não de organização política, a BSB recusou. A FSLN tomou então a iniciativa de propor ao GRN a expulsão da brigada do país.

Explicações

No dia 1º de setembro, o PST colombiano e o Comitê Coordenador da BSB promoveram uma manifestação pública na Colômbia para anunciar a dissolução oficial da brigada sob os seguintes argumentos:

"Nossa saída da Nicarágua por decisão do GRN e da direção da FSLN foi o resultado do nosso compromisso com os interesses e desejos do povo nicaraguense. Nossa expulsão deixa claro que o compromisso que prevalece na Nicarágua hoje é o de reconstruir o país em benefício dos padrões nicaraguenses e no interesse dos capitalistas do Panamá, Costa Rica, Pacto Andino e a Social-democracia européia. Eles investiram milhões de dólares na luta contra Somoza (?) e hoje, em conjunto com os EUA estão fazendo o povo nicaraguense pagar caro, forçando a revolução a se conter nos estreitos limites da democracia formal e da exploração capitalista. A Brigada Simón Bolívar desempenhou seu papel e decide se dissolver. Agora buscará outras formas de solidariedade com o povo da Nicarágua".

Por seu lado, a direção da IV Internacional — que mantém na Nicarágua uma delegação especial em contato oficial com a Frente Sandinista — veio a público esclarecer sua posição sobre o caso.

Depois de relacionar as principais atividades da BSB e os métodos por ela utilizados concluiu:

"O PST colombiano é uma organização simpatizante da IV Internacional(2). No entanto, todo o projeto de estabelecimento da BSB não foi feito nem sob a orientação nem com a colaboração de nenhum corpo de direção eleito da IV Internacional.

Ele estabeleceu sua própria política contra a política da IV Internacional. (...)"

"Os documentos do PST colombiano comprovam que o projeto da BSB foi amplamente concebido e executado como uma operação fracional contra a FSLN e a maioria da IV Internacional(3). O PST colombiano colocou seus próprios interesses fracio-

nais acima dos interesses da Revolução Nicaraguense".

O caso da Brigada Simon Bolívar no entanto, não foi o único problema desse tipo que a FSLN teve de enfrentar. Algumas organizações de caráter local como o Movimento de Ação Popular que dirige a Frente Operária teve recentemente seu jornal interdito pelos sandinistas. Sobre esse episódio trataremos proximamente.

"Este comportamento da brigada poderia servir de pretexto para as forças que se opõem ao avanço da revolução advogarem o uso da repressão contra o movimento dos trabalhadores a fim de eliminar as diferenças políticas, contra a política da FSLN."

"O Secretariado Unificado da IV Internacional condena e repudia a Brigada Simon Bolívar e suas atividades. Ao mesmo tempo, considera sua expulsão da Nicarágua como um erro. Não queremos minimizar o caráter fraudulento e irresponsável da operação da BSB. Mas acreditamos que o prestígio e a autoridade política da FSLN são suficientemente grandes para terem sido capazes de resolver o problema da BSB por meio da crítica e da condenação pública".

(*) Todas as informações sobre a atuação da brigada e seus desdobramentos, assim como os textos citados, foram retiradas da revista Intercontinental Press.

(1) EM TEMPO n° 87, pg. 13. Matéria Especial de Bernardo Kucinski

(2) Na Colômbia existe ainda o Partido Socialista Revolucionário (PSR) também simpatizante da IV Internacional.

(3) O PST colombiano nasceu sob a orientação política da Fração Bolchevique que tem como principal liderança Nahuel Moreno e que constitui hoje a minoria da IV Internacional. Na ocasião a FB não existia enquanto tal, mas como integrante da Fração Leninista Trotskista (FLT). Esta se dissolveu posteriormente junto com a Tendência Majoritária Internacional (TMI) quando suas principais divergências políticas foram solucionadas. Na ocasião, formou-se a Tendência Bolchevique (TB), posteriormente Fração Bolchevique (FB) cujos integrantes não concordaram com o tipo de solução política para as divergências anteriores.

EUA "Cuba si! Bloqueio no!"

Os mesmos grupos de exilados cubanos que organizaram uma manifestação de protesto contra as manobras militares de Carter no Caribe 2 — a pretexto da presença de tropas soviéticas em Cuba — Ver Em Tempo n.º 87) organizaram também, no último dia 12 uma grande manifestação de boas vindas ao presidente Fidel Castro para se contrapor aos manifestantes cubanos da extrema-direita. Apesar da manifestação direitista ter sido um fracasso (300 exilados da primeira geração) a grande imprensa americana conseguiu dar a esta estatura de grande acontecimento deixando a manifestação mais significativa na obscuridade. Nesta o principal orador foi o Rev. Manuel Spínosa — líder da comunidade cubana de Miami e figura central do diálogo iniciado entre o governo de Cuba e os exilados cubanos dos EUA. Entusiasticamente aplaudido e falando em espanhol o Reverendo assim sintetizava o sentimento dos manifestantes:

"Disseram que os manifestantes anti-Castro falavam em nome dos cubanos desse país... mas essas terroristas não representam nada. Não representam sequer 2% da comunidade cubana. Nós somos a maioria. Aqueles que se opõem ao bloqueio são a maioria! Estamos cansados dos terroristas e os queremos fora da nossa comunidade".

Spínosa tem sido o principal alvo dos atentados de extrema-direita às atividades dos exilados cubanos nos EUA. Poucas horas antes da manifestação ele havia recebido ameaças de morte. A concentração transformou-se numa grande passeata em direção à Missão Cubana das Nações Unidas — onde Castro ficaria hospedado — e seu canto podia ser ouvido a várias quadras de distância: "Cuba si! Bloqueio no!" "Se siente, se siente, Fidel esta presente!"

China Os limites da "legalidade socialista"

Wei Jinsheng, um dos principais contestadores chineses detidos no princípio do ano, foi condenado a 29 anos de prisão no último dia 16. Wei era diretor da revista não oficial Tansuo (Exploração) e foi acusado como de praxe de "atividades contra-revolucionárias" e de ter "comunicado segredos de estado a organizações estrangeiras". Segundo seu julgamento, as acusações de atividades contra-revolucionárias não diziam respeito a publicação da revista em si, mas ao conteúdo de certos artigos por ela publicados também reproduzidos em diversos dazibaos no mesmo período. A coincidência dos dois eventos esaria a indicar para as autoridades chinesas um perigoso embrião de organização dos manifestantes dos dazibaos até então meros cidadãos politicamente franco-atiradores?

Por outro lado, a grande novidade do julgamento de Wei consiste em que este foi o primeiro processo político semi-público ocorrido na China — fechado apenas à imprensa estrangeira) e tem relação com a viagem de Hua Guofen à Europa. Antes de partir, ele garantiu aos jornalistas ocidentais que o atual governo chinês tinha por princípio que "as infrações à lei seriam tratadas em conformidade com a lei "porque era" contra o uso da democracia prejudicial aos direitos das pessoas".

Mas apesar da dureza da pena, o órgão oficial "Quotidiano Operário" em artigo publicado em seguida ao julgamento, mas sem fazer referências explícitas a ele, pedia com ênfase medidas preventivas contra o que seu autor chamava de "os riscos de uma ultra democratização", o que indica, no mínimo, profundas resistências à corrente "legalista" na atual direção do PCC.

Venezuela "Salário não se mendiga, conquista-se"

Com esta palavra de ordem a Confederação Venezuelana de Trabalhadores — CTV — central majoritária do país hegemônica pela Ação Democrática — partido da oposição burguesa — lançou a maior ofensiva político-sindical dos últimos tempos com o objetivo explícito de aprovar a "Lei de Aumento de Salários" proposta por parlamentares operários de diversos partidos. A polêmica desencadeada a partir do fato tem ocupado o maior espaço destinado pela imprensa à política nacional. Várias coisas estão em jogo aí:

Por um lado, o governo que se autodenominou "dos pobres", atendendo às pressões empresariais, liberou recentemente os preços e ofereceu um irrisório aumento do salário mínimo. Ele está obviamente fazendo tudo para barrar a aprovação da lei. A poderosa organização empresarial FEDECAMARAS descarregou suas baterias, afirmando que a aprovação da lei significaria o caos econômico, com miséria e desemprego. A CTV contra-ataca com violento documento acusando FEDECAMARAS de "inimigo lógico e natural" e "organização que trabalha com o dinheiro do Estado". Por outro lado, também está em jogo o fato da AD estar na oposição e buscar, através do movimento sindical pressionar o governo e ao mesmo tempo reconquistar o espaço perdido preparando-o para as próximas eleições presidenciais. Mas o fato de estarem sendo realizadas eleições para renovação das direções sindicais no país coloca os sindicalistas ligados ao governo num dilema. Nesse momento, no entanto, a campanha desencadeada pela CTV tem transformado os sindicatos em poderosos fatores de pressão (Walter Tesch, de Caracas)

RDA Rudolf Bahro anistiado

O dissidente socialista da Alemanha Oriental, Rudolf Bahro foi libertado da prisão no dia 11 de outubro, numa vitória da campanha internacional desencadeada em sua defesa ao longo dos dois últimos anos.

O nome de Bahro estava entre um dos primeiros da lista de prisioneiros políticos beneficiados pela anistia especial decretada para celebrar o 30º aniversário da fundação da República Democrática Alemã.

Bahro havia sido preso em agosto de 1977 depois que seu livro "A alternativa na Europa do Leste" foi publicado pela União dos Trabalhadores Metalúrgicos da Alemanha Ocidental que também organizou uma ampla campanha sindical pela sua libertação.

Bahro agora decidiu emigrar para a Alemanha Ocidental por avaliar que aí terá, junto com o movimento sindical que o apóia, melhores condições para desenvolver a luta por uma alternativa socialista ao socialismo burocrático. Aguardem em breve uma entrevista com ele.

Não deixe de ler



"A luta do Movimento Estudantil Secundarista" de Flávio Silveira

Um texto que procura analisar o desenvolvimento das lutas estudantis no interior dos colégios, o papel repressivo que exercem as direções das escolas e a força política do movimento secundarista.

Um lançamento da Editora Movimento do RS
A venda nas melhores livrarias



Não deixe de ler

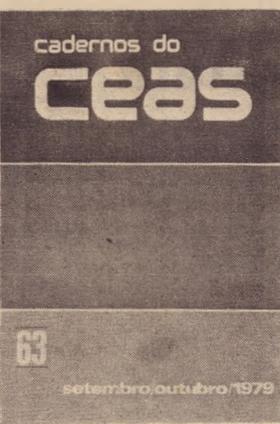
O novo livro de Marció Moreira Alves: **Trabalhadores na Revolução de Cuba - ontem e hoje**. Uma publicação da Editora VEGA S.A. à venda nas melhores livrarias.



Saiu POLÊMICA N.º 2

Textos de Lênin: — Teses de Abril e Cartas de Longe
Procure nas livrarias ou peça pelo reembolso postal
Rua Guajajaras, 178 CP 2663 BH-MG
Uma publicação da Editora Vega SA

Também à sua disposição: **POLÊMICA N.º 1**
Eurocomunismo X Leninismo com textos de Giorgio Amendola/Louis Althusser/Ernest Mandel/Enzensberger e Leon Trotsky.



Leia e assine

Cadernos do CEAS
Centro de Estudos e Ação Social

R. Aristides Novis, 101 - Federação 40.000 - Salvador - Bahia

ASSINATURA (6 números):

Normal - Cr\$ 250,00

Estudantes - Cr\$ 200,00

Número avulso: Cr\$ 50,00 (nas melhores livrarias)

EM TEMPO

Rua Mathus Grou, 57 - Pinheiros São Paulo - CEP 05415 - Telefones: 289-4759/853-6680

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Allí, Tom Duarte. (Suplentes: Luci Ayalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos

Tiburcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE:

Carlos Tiburcio

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Robinson Ayres.

REDAÇÃO:

Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Allí, Elvira Oliveira, Relton Fracalossi, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaro, João Machado, Olga Maria, Elisabeth Lobo, Roberto Girum, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, Flávio Aguiar.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi.

ILUSTRAÇÃO: Sian, Martinez, Cadinho, Claudio Natal, Beto

Maringoni, Nilson e G.M.D. FO-

209)

TOS: Jesus Carlos, Ennio Brauns

Filho.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélcio Santos, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo.

Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schmetz, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues, Lucas, Luiz Alberto Rodrigues, Jacay Ayala, Raul Pont.

Rio de Janeiro: (Praia do Botafogo, 316, Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Ca-

valcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba.

Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8, 1.º andar - Sala 44) — Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A. — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte. Telefone: 335 7773

Distribuidora: Superbancas Ltda. - R. Ubaldo do Amaral, 42 - RJ.

Composição e Impressão: Imprensa Jornalística A.I.A. Ltda. - Av. Liberdade, 704 - São Paulo - SP. Fone: 278-9040.

CICLO DE CINEMA

(Sindicato dos Bancários de São Paulo)

Próxima apresentação:

"Roma Cidade Aberta" de Rossellini, 1945.

Data:

Dias 10 e 11-11 (sábado e domingo) às 18 e 20 horas.

Local:

Rua Florêncio de Abreu, 279 Centro - SP

Ingresso:

Cr\$ 20,00

Para bancários e metroviários sindicalizados: Cr\$ 10,00

cinema

Terra dos índios

Um filme de Zé... Lançamento em benefício da Comissão Pró-índio do RJ Dia 2 de novembro, sexta-feira às 20 e 22 horas no Cine Ricamar Estudantes: Cr\$ 20,00 Inteira: 40,00

Saiu

a «Capa» n.º 3

Revista de quadrinhos

Curso da ASEP

«Classe operária e democracia»

Abordando as relações entre M.O./Estado; M.O./Sindicato e M.O./Partidos Políticos. O curso constará de 6 debates com M. Herminia Tavares/Annez Andraus/Régis C. Andrade/Fabio Munhoz/Heloisa Martins e Eder Sader.

Local: ASEP — Rua Augusta, 719 de 12/11 a 17/12

Associados e estudantes: 500,00 - Não sócios: 800,00

Chiquinho: de camelô a guerrilheiro

Francisco Gomes da Silva, o Chiquinho, hoje com 34 anos, 10 de cadeia em São Paulo, é um dos presos políticos mais antigos do Brasil, e que a anistia do regime deixou de fora. Aqui, ele conta sua história, dos seringais da Amazônia até a prisão em 69, e a expectativa de uma liberdade condicional para daqui um ano e meio.

Por Rezende Valadares Neto

Nasci na Cia. Fordlandia, meus pais foram trabalhar em seringais no Pará e lá passaram a trabalhar nesta firma. Depois fomos para o RGN e lá morei por nove anos. Vim para São Paulo, e aqui fiquei de 1954 a 1957; voltei com minha família para o RGN, mas em 1960 voltamos para São Paulo.

-Nesta época você já tinha algum contato com a política?

-Não. Meu irmão, Virgílio Gomes da Silva, é que tinha. Ele já era filiado ao PCB, eu conhecia alguma coisa de ir com ele em reuniões, discussões, mas não era militância.

No PCB ele era apenas um militante. Quando ele rompe com o partido em 67 e vai seguir as orientações de Carlos Marighela é que vai ter grande desempenho, por ser um homem de muita coragem. Por isso, vai morrer sob tortura, comandada pelo Capitão Albernaz e sua equipe.

-Como vai ser sua vida em S. Paulo?

-Em São Paulo, em 69 já havia uma grande quantidade de desempregados. Com a mecanização do campo, começa a aparecer o que os entendidos chamam de bóia-fria.

Meu negócio era camelô

Em 66, com o aperto nos ambulantes, eu fiquei sem poder continuar de camelô, vendendo as mercadorias; estava sem dinheiro e então fui trabalhar de sergente de pedreiro. Depois fui trabalhar numa fábrica de móveis de fórmica.

-Como vem sua consciência política?

-Consciência eu sempre tive. Sabia da existência do PC, sabia que existia o governo aí que fechava com a exploração do capitalismo mundial, do grande capitalista. Era assim como estou lhe falando. Eu não tinha ainda uma visão de comunista, de ter lido o Capital do Marx, uma visão marxista-leninista como eu tenho hoje, mas já sabia, já percebia um pouco as coisas, já via o que era errado. Mas por certo comodismo de minha parte e por uma richazinha com um cara do PC, eu não estava fazendo nada mais sério.

Bem, mas voltando a 67, o meu irmão chega e me diz que vai prá Cuba e pede que eu fique tomando conta do seu bar e da sua família. Nesse período, por uns tempos voltei a



Chiquinho

trabalhar de camelô. Depois passei a varredor de rua. Mas nessa época eu tinha 3 empregos para poder sobreviver um pouco melhor. Além desse emprego eu trabalhava como guarda e como caixa numa garagem de carros batidos. Tinha também uma loja de calçados que me dava correspondência, cobrança para as pessoas que não pagavam as contas nos dias certos. Dormir, eu dormia na garagem mesmo.

Meu irmão vai a Cuba

E foi quando ainda eu trabalhava aí que comecei minhas atividades políticas. Fiz a primeira expropriação. Nessa época meu irmão volta de Cuba e me procura. Batemos um papo e ele me diz qual era o plano, a luta armada...

Sai dos empregos e passei a receber uma quantia mínima da organização, que dava mesmo era só para a sobrevivência.

Até que eu fui para um sítio em Águas Virtuosas, perto de Ribeirão Preto, era uma missão tomar conta desse sítio onde o Marighela visava formar um campo de treinamento igual ao que o Lamarca fez no Vale do Ribeira.

Fiquei lá uns 4 meses. Já tinha 6 meses de militância e fui chamado para fazer uma expropriação de sub-metralhadora, foi minha penúltima ação. É que na época os companheiros estavam planejando fazer o sequestro do embaixador americano. E para isso era necessário uma arma pesada e eficiente. Fomos para a ação e eu é que abordo o policial e tomo a sub-metralhadora que estava pendurada em seu braço. Quando vamos para o carro, ele saca um revólver 38 e me dá 4 tiros, 3 me acertam nas costas e um no roscão, perto do olho esquerdo.

-E você estava muito ferido? Qual é a sensação?

-É, eu estava muito ferido, mas mantive a calma. Quando ela não atinge o osso, a primeira sensação que você tem é de cócegas. Depois você sente o sangue quente correndo pelo seu corpo. Quando você não se impressiona com sangue não tem problema.

Fui levado para o Hospital, em Itapeverica da Serra, em Capão Redondo.

Uma cirurgia sob a mira do 38

Fui deixado no hospital e um companheiro saiu a procura de um cirurgião que ele conhecia, o Boanerges.

Bom, mas eu fui para o hospital e chegando lá raspavam a minha barriga para fazer a operação. Quando eu estava na sala, chega o diretor do hospital com uma plaquinha na mão e começa a fazer perguntas.

Ele levanta o lençol vê que eu estou todo branco, saindo sangue e me diz: você não foi atropelado nada, você acaba de matar um colega meu de farda. O diretor do hospital, era inspetor da guarda-civil e disse que ia telefonar para polícia. Eu tinha ficado sózinho no hospital e sem saber o que fazer. Quando ele vai sair para telefonar, entrar um enfermeiro e diz que é ordem do Boanerges não telefonar para a polícia.

Seis horas depois chega o Boanerges, que demorara muito a achar o cirurgião. O diretor do hospital querendo fazer a ocorrência e o Boanerges com a arma apontada para os dois. O cirurgião muito nervoso dizia que naquele clima ele não conseguiria operar, não conseguiria traçar o corte. Então o Boanerges com o 38 numa mão e uma caneta hidrográfica vermelha na outra faz o traço na minha barriga e do tamanho que foi esse foi também o corte que o cirurgião fez.

Uma semana depois eu vou para São Sebastião. Lá eu fico 1 mês e meio. Depois volto e faço minha última ação, pois sou preso.

-Como foi sua prisão?

-Nós tínhamos programado uma grande ação. Fariamos expropriação em 3 bancos ao mesmo tempo e seria a primeira vez que eu iria comandar um grupo. Eu tinha um encontro com meu irmão e outros companheiros. Estes tinham uns dias antes expropriado uns carros para as ações. Foram buscar os carros e lá no local são atacados.

No outro dia, que era o dia da ação, eu me encontro com meu irmão em um ponto, e ele me diz pra ir para Ribeirão Preto chamar a mulher dele e avisar os companheiros da organização daquelas quedas. Eu fui pro interior, avisei todo mundo e voltei para São Paulo. Quando eu chego na pensão, a OBAN já estava lá.

Quem me prendeu foi a equipe do Raul Careca, mas eu fui torturado pela sua equipe e a do Capitão Albernaz.

Recebi muita paulada e cadeira do dragão. No pau-de-arara não fui, pois minha operação estava muito recente e um médico lá da OBAN disse que caso eu fosse eu morreria. Com as torturas a minha operação abriu e saiu muito sangue, tive hemorragia interna. Agora o que chocava todo mundo eram as minhas costas, largando pele, com hematomas, tudo preto.

-E agora, o seu dia a dia na cadeia como é?

-Aqui eu me dediquei a estudar, fiz o supletivo de 1.º Grau, se bem que não cheguei a terminar por um pouco de relaxo meu, me falta Matemática e Educação Moral e Cívica que eu vou fazer agora em dezembro. E além disso eu estudei política mesmo, com o material que tem aqui ao nosso alcance. E fiz também trabalhos manuais, comecei com miçangas e depois passei a trabalhar com couro. Eu mexi muito com plantas também, que são minha especialidade, principalmente as orquídeas. Mas aqui eu tive mais plantas de interior, folhagens. Gaiolas eu cheguei a ter 20.

Há dez anos sem mulher

-E quando você sair, quais são suas perspectivas?

-Penso em fazer alguma coisa, pois estes 10 anos presos não modificaram a minha visão, só modificou num ponto. Se antes eu não tinha visão política, hoje eu tenho e isso só me fez ficar mais firme no dia a dia. Você vê, estou aqui há dez anos, nunca tive uma companheira mulher e consigo encarar isso como normal. Eu quero, quando sair daqui, se a ditadura deixar me filiar a algum partido, ser até vereador em alguma cidade de interior. De trabalho eu pretendo comprar material fotográfico e trabalhar com isso.

CBA Uma pesquisa sobre tortura

O Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA de São Paulo está iniciando uma vasta pesquisa sobre torturas no Brasil, entrevistando o maior número possível de pessoas que tenham passado pelos cárceres da ditadura. Neste sentido pede colaboração de todas as vítimas preenchendo o questionário abaixo e remetendo-o para:

Núcleo de Profissionais de Saúde — CBA/SP: Travessa Brigadeiro Luis Antonio, 21; Bela Vista; São Paulo — SP.

Nós, do Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA-S.P., formulamos este questionário, objetivando a obtenção de dados, relacionados com a tortura e suas consequências.

Este estudo nos fornecerá subsídios que nos permitirá adentrar no universo trágico da tortura, para melhor compreendê-la e, com isto, conseguir denunciar eficazmente a sua existência, fortalecer o combate contra ela e, concretamente, cooperarmos com a desativação de todos os organismos repressivos que as praticam.

Pois, hoje, ao contrário do que se pensa, a tortura se encontra institucionalizada no País como uma forma de violência contra o povo brasileiro haja visto o problema dos presos comuns.

Companheiro, pedimos a máxima fidelidade no preenchimento deste questionário.

Gostariamos de informá-lo que os resultados e conclusões deste trabalho serão divulgados nacional e internacionalmente.

PELO FIM DAS TORTURAS!
PELO DESMANTELAMENTO DO
APARATO REPRESSIVO!
PELA ANISTIA AMPLA GERAL
E IRRESTRITA!

Embora seus dados pessoais sejam muito

úteis neste levantamento, se você preferir, omita sua identificação ao responder.

a) Nome; b) Sexo; c) Idade na época da tortura; d) Idade atual; e) Profissão na época da tortura; f) Profissão atual (Se for estudante especificar grau e curso):

1 — Data(s) e Local(is) que foi torturado.

2 — Quais os tipos de torturas a que você foi submetido?

3 — Qual a região do corpo onde foi aplicada a tortura e qual a forma de tortura mais usada?

4 — Qual foi o pior método de tortura para você?

5 — Durante quanto tempo você foi submetido a torturas? Especifique:

a) duração (tempo de cada sessão)

b) número quantas sessões)

c) intervalo entre as sessões (especificar ao máximo)

d) duração total do período de tortura:

6 — Em relação ao seu caso pessoal, qual foi o objetivo da sua tortura?

7 — Houve participação de algum profissional ligado à área de saúde nas torturas? (Especificar se médicos, dentistas, enfermeiros etc). Em caso afirmativo, especificar a forma de atuação desse profissional, caracterização física e, se possível, nome ou codinome pelo qual era identificado.

8 — Após sua soltura você foi atendido por algum profissional de saúde não ligado à repressão, por problemas decorrentes ou sintomas ligados às torturas sofridas? Especificar o tipo de atendimento (médico, dentário, psicológico etc...) a forma (paga ou gratuita), e se possível o nome do profissional.

9 — Descrever quais eram as suas condições carcerárias (higiene, alimentação etc...)

10 — Havia alguma particularidade quanto a sua saúde ou estado físico antes da sua prisão? (gravidez, epilepsia, diabetes etc...)

11 — Você possui marcas de torturas físicas? Quais?

12 — Foram notadas alterações significativas

em relação a saúde, sono, alimentação, resistência à fadiga, capacidade de trabalho, labilidade de humor? Descreva.

13 — Você percebeu mudanças (aumento ou diminuição) de sua sensibilidade a sons, ruídos, luzes, etc...?

14 — Você teve alguma idéia ou pensamento fixo que lhe pareceu estranho após sua soltura?

15 — Você percebeu alguma mudança qualitativa em suas relações com as pessoas, depois de sua soltura?

16 — Você percebeu alteração no seu comportamento sexual em algum grau? Durante quanto tempo?

17 — Você retomou alguma atividade política depois da soltura? (Quanto tempo depois?)

Prêmio Herzog X "Injúria"

Na quinta-feira da semana passada, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, juntamente com vários outros órgãos da imprensa alternativa e profissionais da grande imprensa, o jornal EM TEMPO recebia o prêmio Vladimir Herzog pela publicação das três listas de torturadores que divulgamos nestes dois anos de existência.

Listões que nos valeram vários atentados e arbitrariedades: bombas em nossas sucursais logo após a primeira lista de 233 torturadores em meados de 78; apreensão parcial da edição n.º 54, de março de 79; que trazia o segundo listão de 442 membros do aparato repressivo da ditadura. E, em seguida, um atentado à base de ácido na nossa sucursal de Belo Horizonte.

Coincidentemente, na mesma semana passada, enquanto recebíamos o prêmio Herzog, éramos comunicados de que 4 dos policiais denunciados no segundo listão, todos de São Paulo, estavam movendo uma queixa crime por "injúria, calúnia e difamação" contra o jornal.

São eles: Marcos Paranhos Fleury; Fábio Lessa, Josecyr Cuíco e, pasmem-se, Astorjge Correia, o Correinha.

Estamos colhendo material referente ao envolvimento destes policiais em violências de todo tipo, com vistas à preparação da defesa que apresentaremos na justiça. Neste sentido solicitamos a todos os leitores que possam nos ajudar a enviarem informações para a sede do jornal em São Paulo (ou tratar por telefone com Flávio Andrade).

De outro lado, é oportuno lembrar que tanto o processo mandado instaurar pelo governador de Minas logo após o atentado à ácido bem como a denúncia apresentada pelo professor Barbosa Lima Sobrinho no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, referente também aquele atentado, até agora não tiveram andamento.

A interposição da queixa crime abre um espaço que, ainda que involuntário de nossa parte, não pode ser desperdiçado como tribuna.